

**Centro de
Ciências Humanas**

Humanitas - v. 9, n. 2, jul./dez., 2006

HUMANITAS

Editora/Editor

Profa. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

Editor associado/Associate Editor

Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro

Revisor de normalização/Normalization Revisions

Profa. Dra. Ivone Cecília D'Ávila Gallo e Batalha

Conselho Editorial/Editorial Board Scientific

Prof. Dr. Agenor José Teixeira Pinto Farias - FCS-PUC-Campinas

Profa. Dra. Beatriz R. Solveira - Centro de Estudos Históricos Córdoba - Argentina

Profa. Dra. Doraci Alves Lopes FCS - PUC-Campinas

Profa. Dra. Elisete Zanlorenzi FCS - PUC-Campinas

Prof. Dr. Kabengele Munanga FFLCH - USP

Prof. Dr. José Carlos Bruni UNESP - Marília

Prof. Dr. José Jorge de Carvalho FCS - UnB

Profa. Dra. Lília Inês Zanotti de Medrano F. HIST. - PUC-Campinas

Profa. Dra. Maria da Graça Druck de Faria FFCH - UFBA

Prof. Dr. João Miguel Teixeira de Godoy - FH - PUC-Campinas

Profa. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues - FCS - PUC-Campinas

Equipe técnica/Technical Group

Profa. Rosa Maria B. Oliveira (SBI/PUC-Campinas)
normalização/normatization

Profa. Nair Leme Fobe - revisão do idioma inglês/English revision

Hellen Taivona dos Santos - Editoração da Revista do Centro de Ciências Humanas

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

The Board of Editors does not assume responsibility for concepts emitted in sign articles.

Copyright©Humanitas

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte. A reprodução total depende da autorização da Revista.

Humanitas é a continuação do título Revista Humanitas do CCH da PUC-Campinas, fundada em 1997. É publicada semestralmente e é de responsabilidade das Faculdades de Ciências Sociais e História da PUC-Campinas. Publica trabalhos da área de Ciências Humanas realizados na Universidade, bem como os colaboradores externos.

Humanitas is former Revista Humanitas do CCH, PUC-Campinas, founded in 1997. It is published every bi-annually and is of responsibility of the Faculdade de Ciências Sociais e História, PUC-Campinas. It publishes works carried out in the University in the field of Humans Science, as well as external contributors works.

Colaborações/Contributions

Os manuscritos devem ser encaminhados à Revista Humanitas, CCH-PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH conforme as "Instruções aos Autores", publicadas no final de cada fascículo.

All manuscripts should be sent to the Revista Humanitas, CCH - PUC-Campinas e Editoração das Revistas CCH and should comply with the "Instructions for Authors", published in the end of each issue.

Assinaturas/Subscriptions

Pedidos de assinatura (Anual: R\$20,00) ou permuta devem ser encaminhados à Revista Humanitas, Editoração das Revistas do CCH.

Subscription (Anual: U\$7.00) or exchange orders should be addressed to the Revista Humanitas, Editoração das Revistas do CCH.

Correspondência/Correspondence

Toda a correspondência deve ser enviada à Revista Humanitas no endereço abaixo:

All correspondence should be sent to Revista Humanitas at the address below:

Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas PUC-Campinas.

Rod. D. Pedro I, km 136

Prédio Administrativo I - Piso Superior

Campus I - CEP 13086-900

Tel.: (19) 3756-7659

Parque das Universidades - Campinas - SP

Caixa Postal 317 - CEP 13012-970

E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

Editoração: Beccari Propaganda e Marketing
Rua Pedro Álvares Cabral, 183 - Campinas - SP - Tel.: (19) 3255-6311
editora@beccari.com.br

Impressão: Hortográfica Editora Ltda - EPP.
Rua Henrique de Barcelos, 77 - Centro - Campinas - SP - Tel.: (19) 3236-1778
contato@hortograph.com.br

3 Apresentação

ARTIGOS

- 5 História e Habitação em Itu (São Paulo): Desenvolvimento, Condições de Vida e Trabalho
History and Housing in the City of Itu (State of São Paulo): Development, Living and Working Conditions
Débora de Oliveira Moz e Doraci Alves Lopes
- 13 A Dimensão Subjetiva e a Gestão Escolar: Contribuições à Formação dos Profissionais da Educação
The Subjective Dimension and the Pertaining to School Management: Contributions to the Formation of the Professionals of the Education
Maria Lucia de Abrantes Fortuna
- 21 E-moms – na Era da Maternidade Ciborgue
E-moms – in the Cyborg Maternity Age
Érica Renata de Souza
- 31 As Relações entre Neoliberalismo e Subdesenvolvimento na América Latina
Relations Between Neoliberalism and Underdevelopment in Latin America
José Alex Rego Soares
- 39 A Escolha de Candidatos Políticos pela Comunidade GLBTT: uma Breve Pesquisa de Opinião Pública
The Choosing of Political Candidates by the GLBTT Community: a Brief Research on Public Opinion
Altair José Fortunato; Carolina Costa de Oliveira; Débora de Oliveira Moz; Marialba Rita Maretti e Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
- 51 Instruções aos autores

APRESENTAÇÃO

Com esse segundo número de 2006, encerramos mais uma fase na Revista Humanitas. Conseguimos, com renovado espírito de equipe e vontade de enriquecer o debate acadêmico no interior da PUC-Campinas, retomar a publicação regular da revista, que conta agora com classificação Qualis. Encerro, com este número, minha participação direta na revista, ainda que continue de forma indireta colaborando com os colegas na incessante tarefa de pensar problemas relacionados às Ciências Sociais e História, dentro e fora da PUC-Campinas. Este número reflete a riqueza da pesquisa sendo feita dentro da instituição, mostrando a importância de um veículo como a Humanitas para a divulgação e fomento do pensamento crítico, como parte fundamental da tríade ensino-pesquisa-extensão que fundamenta uma instituição de ensino superior.

Desde pesquisas de docentes até colaborações com alunos, acadêmicos de dentro e de fora da PUC-Campinas, vemos nas páginas da revista a riqueza de possibilidades criadas por um periódico interessado em trazer a público discussões da maior relevância. O trabalho em sala de aula, de contínuo ensino e crescimento dos alunos, não se separa da contínua busca de aprimoramento por parte dos professores-pesquisadores, que dispoem de formas de divulgar seus trabalhos, interação entre si e com outras instituições de ensino e pesquisa. Aprimorando assim seu trabalho, intervêm de forma decisiva tanto na comunidade interna quanto na sociedade que a engloba, debatendo e interagindo com os problemas do nosso tempo. Faz-se assim uma universidade que de fato cumpre seu caráter de ser fonte de conhecimento, de debate, e de mudanças positivas na vida de seus alunos e da sociedade mais ampla.

O primeiro artigo desse número ilustra de forma patente o que foi dito acima. Débora Moz e Doraci Lopes debatem questões ligadas à habitação na cidade paulista de Itu, relacionando direitos sociais e a história da habitação a partir do estudo de um caso específico, a favela Vila Lucinda, uma das maiores da cidade. O pensamento sobre

o habitar, suas relações com a história e os movimentos sociais é um dos pontos centrais de vários grupos da PUC-Campinas, e esse artigo possibilita mais um passo na consolidação dessa reflexão.

O artigo de Maria Lúcia Fortuna, por outro lado, pensa o interior da instituição escolar investigando como fatores subjetivos interferem nas atividades de gestão no ensino básico. A atual situação de desprestígio e abandono a que está relegada grande parte das instituições de ensino público do país, aliadas a precariedade da própria condição de educador na nossa sociedade mostra a relevância dessa reflexão, que traz elementos para que tal situação seja melhor compreendida e, quiçá, revertida. Ainda que o artigo refira-se ao ensino básico, cabe fazer o paralelo com um sem-número de instituições de ensino superior, nas quais os aspectos subjetivos do professor/gestor também sofrem com uma situação de perda de influência e precariedade que só pode refletir de maneira negativa nas atividades da instituição, e que precisam ser melhor compreendidas.

O artigo de Érica de Souza debate tendências contemporâneas de reconstrução do corpo via novas tecnologias, e como tais tendências alteram experiências humanas fundamentais, como a maternidade. Analisando a venda de partes do corpo (óvulos) pela internet, a autora reflete sobre as conseqüências nos campos moral, ético e identitário que tais experiências possibilitadas por novas tecnologias, permitem. Tal debate, que ocorre nas instituições de maior prestígio internacional, traz à tona a importância de se repensar como as novas tecnologias estão impactando a nossa existência enquanto humanos, e as formas pelas quais indivíduos fazem uso de tais tecnologias.

Da mesma forma, José Alex Soares permite, em seu artigo, uma visão global da problemática econômica em que se encontra a América Latina (e o Brasil) na atualidade, após a opção pelo chamado Consenso de Washington. Uma discussão do neoliberalismo e das formas que tomou no nosso continente, e pedra angular de qualquer repensar

das nossas opções econômicas (e sociais e políticas) para o futuro, processo que se faz premente com as atuais mudanças em curso na geopolítica regional. E ainda sobre política, os autores Altair Fortunato, Carolina Oliveira, Débora Moz, Marialba Maretti, juntamente com Sônia Barbosa analisam os critérios que definem a escolha de candidatos pela comunidade GLBTT. Num país em que se realiza a maior parada gay do planeta, a de São Paulo, essa importante minoria ainda permanece pouco compreendida e relegada a segundo plano pelo poder público, alijada de direitos sociais básicos a que tem direito enquanto

cidadãos. Pensar as formas pelas quais esse grupo escolhe seus candidatos ajuda a entender os rumos que tomará a política partidária nacional no futuro próximo.

Ao leitor, desejo uma boa leitura e que os artigos desse número da revista Humanitas cumpram o papel de ampliar os horizontes do debate acadêmico atual.

Marko Monteiro
Conselho Editorial

HISTÓRIA E HABITAÇÃO EM ITU (SP): DESENVOLVIMENTO, CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO

*HISTORY AND HOUSING IN THE CITY OF ITU (STATE OF SÃO PAULO):
DEVELOPMENT, LIVING AND WORKING CONDITIONS*

Débora de Oliveira MOZ¹
Doraci Alves LOPES²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar determinados processos importantes da história da habitação de Itu (SP) através do estudo das mudanças ocorridas no desenvolvimento econômico local e nacional, destacando determinadas características das condições de vida e de trabalho no município. A origem deste trabalho se deveu a uma pesquisa sobre direitos sociais e história da habitação em Itu, tomando por base o estudo de uma das maiores favelas da cidade, situada na Vila Lucinda, conhecida pelo mesmo nome. A pesquisa revela certas lacunas de reflexões históricas sobre o modo de vida das classes trabalhadoras da cidade durante a busca documental e bibliográfica realizada.

Palavras-chave: história e habitação; classes trabalhadoras.

ABSTRACT

This article analyses some relevant processes in the history of housing in Itu (São Paulo) by looking at the changes in the local and national economic development with emphasis on some particular patterns of the living and working conditions in the city. This article derives from a research work conducted on social rights and the history of housing in Itu, based on the study of one of the largest shantytowns in the city, which is situated in Vila Lucinda and known by the same name. The research revealed some lacunas as regards historical reflections on the lifestyle of the working class during document and bibliographic search.

Key words: history of housing ; working class.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar determinados processos importantes da história da habitação de Itu (SP)

através do estudo das mudanças ocorridas no desenvolvimento econômico local e nacional, destacando certas características das condições de vida e de trabalho no município.

⁽¹⁾ Bacharel e Licenciada pela Faculdade de Ciências Sociais (2006). Bolsista Iniciação Científica 2005-2006/ LESEC, CCH – PUC-Campinas.
E-mail: deboramoz@hotmail.com

⁽²⁾ Professora Faculdade de Ciências Sociais e pesquisadora do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania/LESEC, CCH, PUC-Campinas.
E-mail: doraci@puc-campinas.edu.br

A origem do artigo é parte de uma pesquisa sobre *direitos sociais e história da habitação* em Itu, tomando por base o estudo de uma favela situada na Vila Lucinda, conhecida pelo mesmo nome, que vivenciou um processo de transferência para uma parte de seus moradores, que estavam em área de risco, no ano de 2001. Foram pesquisados vários arquivos e bibliotecas em busca de documentos, dados e bibliografia tanto em Itu, como em Sorocaba e Campinas, além de vários sites, como os do IBGE, SEADE, entre outros, para que a pesquisa buscasse uma dimensão regional e nacional de sua importância e não se restringisse ao espaço físico do município (GODOY & MEDRANO, 2006).

Para pensar tempos históricos diversos sobre habitação e classes trabalhadoras de Itu, iniciamos com alguns dados recentes sobre a cidade antes de recuar no passado. A cidade tem uma população estimada de 152.941 habitantes, correspondentes a um total de 38.942 domicílios residenciais segundo o IBGE³, sendo que, deste universo, em torno de 201 famílias residem em seis favelas da cidade, conforme dados da Secretaria Municipal de Habitação em 2006. Se considerarmos como “domicílios residenciais” as moradias em favelas, isto corresponde a cerca de 5% do total dos domicílios da cidade. A favela da Vila Lucinda é uma das mais representativas, com 67 famílias, a maior de todas as outras favelas, mesmo tendo passado por um processo de desfavelamento parcial em 2001.⁴

História, desenvolvimento e habitação

É possível compreender melhor os processos de mudanças pelos quais passaram as cidades e a habitação do país e a de Itu ao se resgatar estudos de diferentes e representativos autores, como Octavio Ianni (1988), Luis F.F. Kowarick (1993), Nabil G. Bonduki (1994), João Toscano (1981), entre outros, que auxiliaram na tarefa de revelar traços característicos de desenvolvimento econômico local e nacional, levando-se em consideração ainda as questões de condições de vida e de trabalho na cidade.

O livro “*Uma cidade antiga*”, por exemplo, da coleção Tempo e Memória do Centro de Memória da Unicamp, escrito pelo sociólogo Octavio Ianni (1988) é de

extrema importância, estudo que chama de “*breve história da cidade*”. O autor dá ênfase em certas atividades econômicas, mas também destaca certas realizações culturais, como as do período colonial, em que predomina no local a “*cultura caipira*”, a festa do Divino, o samba de terreiro, entre outros.

“... são moradores, sitiantes, roceiros que vivem da subsistência em seus pequenos sítios, com sua cultura própria, técnicas de trabalho, casas de sapé ou taipa, procissões, falares e cantares” (IANNI, 1988: P.63).

A região onde está Itu era uma sesmaria conhecida como terras de Pirapitingui, a construção de uma capela em 1610 marca a fundação da cidade, a antiga capela de Nossa Senhora da Calendária, hoje igreja do Bom Jesus.⁵

A região é considerada uma conseqüência da expansão da capitania de São Paulo, porque Itu era um ponto de apoio e de ligação entre os bandeirantes e os sertões mineiros. A captura de índios e a busca de pedras preciosas fizeram com que a economia da até então Vila Utu-Guaçu se desenvolvesse de forma a suprir as necessidades do povoado durante os anos de 1610-1750. A subsistência definiu o tipo da lavoura que se desenvolvia no período colonial e que de certa maneira modelava o modo de vida dos moradores que se fixavam na região, em modestas moradias rurais. Uma *cultura caipira* apoiada em pequenas roças e criações era desenvolvida, formada principalmente por brancos, índios e mamelucos. (IANNI, 1988).

Um outro trabalho importante a ser destacado é a dissertação de mestrado “*Itu/Centro Histórico: Estudos para preservação*”, de João Walter Toscano, apresentada em 1981 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O autor tem como objetivo discutir a história da arquitetura de Itu, analisando e sugerindo algumas reformas para preservação do centro histórico e cultural da cidade.

Um interessante levantamento do autor revela que Itu no ano de 1665, a vila contava com um total de 300 casas e, até cerca de 1750, não apresentou modificações em sua estrutura arquitetônica. O eixo principal do centro da cidade permanece, trata-se da ligação entre as Praças

³ Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000. NOTA: Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001. Atualizado 2005.

⁴ Favelas em números de famílias: Jardim Aeroporto 57; Favela Novo Itu 54; Cortiço PRODEMI 10; Favela do Canguiri 7; Favela da Carolina 6. Fonte: Secretaria Municipal de Habitação. 2006.

⁵ Disponível em http://www.prefeituraiu.com.br/tur_historia.asp

Anchieta, Padre Miguel e da Independência, por vias paralelas.⁶

Octavio Ianni afirma que, ao longo de 1750-1850, com o cultivo e exportações do açúcar, passa a emergir uma aristocracia local com escravos africanos. São então os engenhos que *florescem* na paisagem rural, com igrejas e casarões de estilo *bandeiristas*, que expandem sua arquitetura também na paisagem urbana. Neste período, Itu se tornou o maior centro produtor de açúcar da capitania de São Paulo, sendo considerada uma das vilas mais ricas, prósperas e populosas do Estado na época. Esse crescimento pode ser observado na tabela 1, que foi elaborada a partir dos dados levantados por Maria T. S. Petrone, no livro “*A lavoura canavieira em São Paulo*” (1968) e que estão sendo discutidos por Ianni (1988) em seu livro.

Tabela 1

Ano	Nº de engenhos	Produção de açúcar (em arrobas)
1776	25	-
1797	-	50.000
1798	107	64.809
1789	113	73.506
1803	130	80.000
1836	98	91.965

É possível perceber que o crescimento da produção foi considerável mesmo com a redução do número de engenhos entre os anos de 1803-1836. De acordo com o estudo de Maria T.S. Petrone (1968), Itu perdia em número de produção de açúcar apenas para a cidade de Campinas, que produzia 158.447 arrobas de açúcar no mesmo ano de 1836, ainda conforme destaques de Ianni (1988) sobre a autora.

A expansão do núcleo urbano ocorreu igualmente neste período devido à prosperidade econômica, o crescimento demográfico e o aumento de escravos.

“Em 1766-69 havia na vila de Itu um total de 2.758 habitantes; e os escravos somavam-se 1.230 pessoas. Em 1776, contava Itu com sete lojas de secos molhados, sete sapatarias, sete carpintarias, sete alfaiates, cinco latoeiros, três tecelões e vinte e seis engenhos de açúcar e aguardente, assim contam o recenseamento” (IANNI, 1988: p28).

Em 1773 a população urbana total da vila alcançava 4.748 habitantes, dos quais 1.010 eram escravos. E a população rural, vivendo nos sítios, fazendas, trabalhando nos canaviais e roças, somava 10.740 habitantes, dos quais 3.353 eram escravos, população que aumentava de acordo com a economia canavieira, o que significa um universo total de 15.488 habitantes no final do século XVIII.

Desde meados do século XIX um novo revigotamento da sociedade ituana acontece com o início da economia cafeeira e uma produção menor da cultura do algodão. A cidade passa a receber um fluxo imigratório, particularmente de italianos para o trabalho na lavoura. Também chega a ferrovia, alterando costumes e quebrando o isolamento parcial da cidade na região e com a capital, através da Companhia Ituana de Estrada de Ferro, com importância principal na exportação do café. A primeira tecelagem em Itu é instalada, a Fábrica São Luiz, inaugurada em 1869, que conseguiu maior estabilidade do que outras tecelagens, tendo subsistido até a década de 1950. Contou com maquinaria importada da América do Norte e foi financiada por produtores de algodão da região.

Os autores Tatiana de Almeida Amábile e Artur José Renda Vitorino, no artigo *Imigração e Escravidão no Oeste Paulista (1864-1888)* (2005), demonstram a diferença entre os produtores de café do Vale do Paraíba dos da região do Oeste Paulista. A substituição do cultivo do açúcar pelo do café no Oeste Paulista ocorreu em conjunto com outras mudanças, os fazendeiros modificaram também as condições de produção coloniais, implantando um sistema com características capitalistas. Passaram a criar iniciativas diversas, como um processo de imigração da mão de obra européia, a utilização de máquinas, etc. Por outro lado, no Vale do Paraíba, os fazendeiros se endividaram, permaneceram no sistema de produção colonial, com mão de obra escrava, com crises de produção, entre outros fatores.

“Com a proibição do tráfico e a ameaça da abolição, o escravo foi se tornando cada vez mais caro e de difícil aquisição” (AMÁBILE & VITORINO, 2005: p.474).

Itu em meados do século XIX era uma referência em termos de negócios de exportação, sendo considerada a cidade mais rica da Província de São Paulo, com importante participação política no contexto nacional. Não por acaso, com a crise do mercado internacional de açúcar, os fazendeiros locais se rebelam contra o Império e desencadeiam o movimento republicano. Em 1873, acontece a

⁶ TOSCANO (1981); Ver também: <http://www.itu.sp.gov.br/mapa.jpg>

Primeira Convenção Republicana do país, sendo a cidade considerada o “Berço da República” do país.⁷

A partir da abolição da escravidão em 1888, emergem um contingente de trabalhadores livres, que eram chamados de “colonos”, e imprimem um modo de vida culturalmente diferente da *cultura caipira*, própria da economia de subsistência, já existente na região. Os “colonos” moravam em agrupamentos de famílias, cujos membros ativos, homens e mulheres, adultos e menores, dedicavam-se no cultivo e trato do café, o trabalhador *tinha o direito de utilizar um canto de terra para plantar uma pequena horta, ou roça, ou alguma criação...* (IANNI, 1988:53).

Chamados de *trabalhadores livres*, o que pressupunha um salário, na verdade recebiam um pagamento de acordo com tarefas ou empreitadas terminadas, em vez de receberem por mês, por semana ou por dia trabalhado. Esse sistema de colonato como forma de organização social predominou em Itu durante os anos de 1888-1930. De acordo com as referências sobre as moradias e o modo de vida dos colonos nas fazendas, cada família esperava ter uma casa relativamente confortável com três ou quatro cômodos e uma cozinha, água encanada ou uma fonte próxima. Também necessitava da permissão do proprietário da terra para fazer um chiqueiro de porcos e, ainda em certos casos, obter consentimento para manter várias cabras, uma vaca de leite e um animal de sela (IANNI, 1988).

As aspirações dos imigrantes foram sendo frustradas sistematicamente, uma vez que desde a viagem até o sustento das famílias, tudo era deduzido do trabalho realizado em “*sistema de parceria*”. Muitos problemas e conflitos ocorriam afetando a produção, obrigando os fazendeiros paulistas a modificarem as formas de exploração do trabalho. Passam para o “*sistema de colonato*”, com contratos para receberem por alqueire. Os colonos plantavam em terras alugadas ou cedidas pelo proprietário, mas o contrato podia incluir, dependendo do caso, o aluguel de moradias e de pastos. (AMÁBILE & VITORINO, 2005: p.476 a 478).

Segundo Ianni (1988), as habitações dos colonos não eram dispersas pelo meio dos cafezais, mas formavam algo parecido com uma aldeia, de construção regular. Simultaneamente à moradia dos colonos, se encontrava também alguns núcleos de economia de subsistência em sítios, sitiocas, bairros rurais nos quais famílias caboclas ou caipiras, viviam de suas roças e criações, estabelecidas bem antes do sistema de colonato.

Outra indústria de tecelagem criada no ano de 1910 é a Fábrica São Pedro, como destaca João Toscano (1981). Essa indústria tinha algumas características das fábricas da capital que possuíam uma vila operária próxima às suas instalações para a habitação dos trabalhadores têxteis.

“São 60 casas para operários, embora ainda com *infra-estrutura precária, com iniciativa apoiada na isenção de impostos (exceto as taxas de água) estabelecida por lei municipal.*” (TOSCANO 1981: p.44).

Os estudos históricos e sociológicos sobre vilas operárias no Brasil são inúmeros, como os de Nabil G. Bonduki, em “*Origens da Habitação no Brasil*”, publicado na revista *Análise Social* (1994), que descreve como se formaram e a importância das vilas operárias no desenvolvimento urbano das cidades, como em São Paulo, por exemplo. Segundo o autor, foi no contexto da República Velha (1889-1930) que surgiram as “vilas operárias”, um conjunto de casas construídas pelas indústrias, isentas de aluguel ou então cobrando um baixo preço de aluguel dos operários das fábricas. Esta forma de trabalho associada à moradia facilitava medidas coercitivas dos industriais contra os operários, utilizadas para conter greves, e podia combinar demissão do trabalho com o despejo dos operários grevistas, procurando manter os trabalhadores sempre vulneráveis, uma vez que moravam praticamente no próprio local de trabalho.

Conforme Ianni (1988), desde a grande crise econômica mundial, iniciada em outubro de 1929, com a crise da Bolsa de New York, a cafeicultura ingressou em um ciclo de decadência. Essa decadência, já estava acontecendo em Itu e região, mesmo antes da crise, por causa da superprodução da lavoura do café, acompanhada de um esgotamento das terras plantadas e geadas. Esta realidade forçou os fazendeiros a mudar de monocultura para a policultura, ou mesmo entregar ou vender suas terras para pagar as dívidas com os colonos. Ao lado dos fazendeiros, colonos e caipiras surge uma pequena burguesia rural, formada por pequenos proprietários. Aos poucos, cresceram a cidade e as atividades industriais, comerciais, de transportes, sociais, educacionais e outras. A vida urbana passa a ter preeminência sobre o campo, enquanto centro de atividades econômicas.

A partir da década de 1930, portanto, período do populismo, a sociedade de Itu vivencia uma alteração significativa em sua agricultura, mas desenvolve alguma

⁷ Disponível em http://www.prefeituraitu.com.br/tur_historia.asp

industrialização, modificando a sua estrutura econômica e social, emergindo classes sociais de base urbano-industrial, sendo influenciadas pela indústria cultural nascente no país. A sociedade local passa a integrar o estilo de vida da “*sociedade de massas, ganhou ares de cidade*” (IANNI, 1988: p.71).

Construímos outra tabela que resulta do livro de Ianni (1988) e de dados levantados da Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados/SEADE⁸, para expressar alguns elementos dessa transformação estrutural que ocorreu na cidade desde a crise da economia cafeeira até a industrialização que atingiu a região, próxima da capital, com influência direta na sociedade ituana entre as décadas de 1920 e 1970.

Tabela 2

Ano	Pop. ativa urbana	Pop. ativa Rural	Total
1920	1.218	6.020	7.238
1940	1.926	4.877	6.803
1970	15.180	9.977	25.157

O decréscimo populacional do município, nos anos próximos a 1940 se deveu ao início da expansão urbano-industrial da capital do Estado que demandava muita mão de obra, gerando uma migração para o maior centro industrial do país, localizado relativamente próximo a Itu.

É possível perceber que esta emigração sofre um movimento contrário a partir da década de 1970, em um processo de “*periferização*” (KOWARICK, 1997) característico da expansão das grandes cidades brasileiras, como São Paulo. A população pobre se desloca para o interior em busca de melhores condições de vida, tentando acesso a terra e a moradia. Tal processo caminha, contudo, em dois sentidos: avança para as bordas da malha urbana e densifica o núcleo metropolitano, ocupando terrenos que se situam às margens do mercado imobiliário; ou emigram para cidades do interior.

A reflexão sobre a intensificação das desigualdades sociais no país continua em busca de fundamentos na

realidade social concreta. Mas convêm resgatar certas discussões para compreender a formação ou expansão de favelas, a partir das décadas de 1960 e 1970, que podem ser analisadas de diferentes perspectivas teóricas. Uma das mais relevantes contribuições para entender o fenômeno naquele período é a de Lucio Kowarick, em *O Preço do Progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana* (1985). O autor explica que a combinação do binômio “crescimento e pobreza” na estratégia de desenvolvimento do pós-1964 provoca a “*espoliação urbana*”⁹, processo que envolve a análise das condições de vida e de trabalho, questões de reconhecida amplitude e complexidade para o estudo destas realidades sociais.

O autor critica a forma como os “problemas urbanos” muitas vezes são analisados, limitando-se a medir os padrões de renda e observar as questões de consumo individuais, dissociando-os do processo de acumulação capitalista mais geral. Em síntese, o conceito de “*espoliação urbana*” significa que se trata de um conjunto de ...

“...*extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.*” (KOWARICK, 1985: p. 34)

A emigração da capital de São Paulo veio acompanhada, portanto, do processo de industrialização de outras cidades que, devido às facilidades oferecidas pelos governos municipais, tais como: terreno, auxílios fiscais, creditícios, de comunicação e de transportes, além de outras, atraem novas indústrias que se instalaram no interior paulista.

Segundo dados do SEADE, o crescimento econômico de Itu tornou-se bastante notável, o total da população ativa era de 25.657 no ano de 1980, e refere-se apenas à indústria e ao comércio. A tabela a seguir demonstra o crescimento de indústrias instaladas na cidade de Itu durante um século. Foi construída reunindo dados tanto de IANNI (1988), como da prefeitura de Itu.¹⁰

⁽⁸⁾ Fontes: (IANNI, 1988) e Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, SP, SEADE – Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados. p.366-367, 1991.

⁽⁹⁾ Ver também: KOWARICK, L. A Espoliação Urbana, 1980.

⁽¹⁰⁾ Fonte. (IANNI,1988). Consultar também “Ytu”. Prefeitura Municipal de Itu (1998-2003).

Disponível em <http://www.prefeituraitu.com.br/ytu.htm>

Tabela 3

Ano	Quantidade de indústrias instaladas
1869 - 1950	10
1950 - 1960	20
1960 - 1970	43

É importante notarmos as mudanças na urbanização da cidade de Itu no que se refere ao surgimento de novos bairros, de acordo com o processo contínuo de instalação de indústrias na cidade. Os Bairros Cidade Nova e Vila Martins, por exemplo, estão próximos da cidade de Sorocaba, e surgiram após a instalação das empresas “CCE”, “Jacuzzi do Brasil” e “Café Ituano”, na década de 1980, localizadas na Rodovia Waldomiro Corrêa que liga Itu a Sorocaba.

Outro exemplo é o da Vila Lucinda, objeto de nosso estudo, que se formou na década de 1990, a partir da instalação das indústrias “Instalações Cerâmicas de Itu S/A”, componente do “Grupo Verdes” (1973), “Cerâmica Villatex” (1976), “Singer do Brasil S.A” (1990), conforme informações que constam nos sites das empresas.

Como nos referimos no início, no bairro da Vila Lucinda está situada uma grande favela para os padrões de urbanização de Itu. Contava no ano de 2001 com aproximadamente 200 barracos, instalados ao longo da antiga linha de trem da Estrada de Ferro Sorocabana, que parou de passar pelo local na década de 1980.¹¹

A partir de um cadastramento oficial e a formação de uma “comissão” conjunta de moradores e prefeitura, foi feito um processo de remoção, parte de uma política pública habitacional de desfavelamento mais geral do município, de financiamento de “casa própria”.

Conforme a Secretaria da Habitação informou em 2006, foram removidas da favela da Vila Lucinda aproximadamente 100 famílias consideradas em “área de risco”, a favela continua a existir com cerca de 67 famílias.

Foram alojadas 35 famílias, “temporariamente”, conforme indicação oficial, em um prédio municipal à venda na época, conhecido como PRODEMI (Programa de Desenvolvimento do Município de Itu); outras 25 famílias foram para o Conjunto “Vida Nova”, próximo da cidade Sorocaba; 30 famílias para o Conjunto “Novo Milênio” no

bairro Vila Lucinda; 10 famílias para o Conjunto “Bom Pastor”, no norte da cidade; outras duas famílias para o Conjunto do Jardim Vitória, próximo ao centro da cidade. Todos estes Conjuntos são do Programa de Moradia PROMO, as moradias são financiadas pelo poder público municipal.

Um outro conjunto de famílias removidas foi para o Conjunto “Mario Covas”, Programa “Sonho Meu”, no bairro Vila Lucinda, adquirindo financiamento do CDHU, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, empresa do Governo Estadual, cujo objetivo é atender famílias com renda na faixa de 1 a 10 salários mínimos.

Ao pesquisarmos este Conjunto do CDHU em 2006, para localizar famílias removidas da favela da Vila Lucinda, em uma amostra de 89 apartamentos, de um total de 240 unidades financiadas, com valores que variam entre R\$ 60,00 e R\$ 200,00 mensais, verificamos que, pelo menos um terço (30) revelaram não serem os primeiros moradores a adquirirem o financiamento. Igualmente, outro um terço de mutuários estavam com várias parcelas atrasadas, na expectativa de serem despejados. Entre estes mutuários, apenas duas famílias da amostra eram da referida favela e admitiram que, em caso de despejo, voltarão a viver em favelas.¹²

O prédio conhecido como “PRODEMI”, por sua vez, na região central da cidade, onde funciona um posto da Guarda Municipal, tem um de seus blocos ocupados por essas 35 famílias removidas da citada favela, que não tinham condições de adquirir qualquer financiamento. Na verdade transformou-se em um cortiço, “*moradia popular coletiva de pequenas células insalubres, de área reduzida e precárias condições habitacionais...*” (BONDUKI, 1994: p.713).

Como é possível perceber, Itu também revela as conseqüências de uma realidade mais ampla e complexa, todos estes moradores são trabalhadores que vivenciam o modo de vida provisório, trabalho temporário, informal, e moradia precária, sejam cortiçados, mutuários ou favelados. São expressões de políticas habitacionais já debatidas pela produção acadêmica e que demonstram exaustivamente, desde a época do BNH na década de 1970, que estes modelos de desfavelamentos e de “financiamento de casa própria” estão falidos para certos setores das classes

⁽¹¹⁾ Museu da Estrada de ferro Sorocabano. www.efsorocabana.hpg.ig.com.br

⁽¹²⁾ Sobre o significado dos despejos (LOPES, 1997b; LOPES, 2002)

trabalhadoras urbanas. (VALLADARES, 1980; 1ª Edição 1978).

Uma das únicas alternativas de resistência que se encontra entre estes trabalhadores são práticas e estratégias de sobrevivência na pobreza (TELLES, 1993) fundada na solidariedade em seus espaços vividos, como a habitação de várias famílias sob um mesmo teto, sociabilidades carregadas de tensões e ambigüidades, entre tantas outras alternativas criadas para enfrentar tanto a crise contemporânea da sociedade de trabalho como políticas públicas habitacionais questionáveis do ponto de vista da cidadania.

Considerações Finais

O trabalho de pesquisa sobre história e habitação em Itu durante o período de 2005 e 2006 revelou que existe certa lacuna de estudos locais mais voltados para a história das classes trabalhadoras, suas condições de vida e de trabalho, o mesmo não ocorrendo com outros temas, mais voltados para as classes dirigentes locais e regionais.

Quanto ao tema mais específico da habitação popular e a questão dos direitos sociais é preciso dizer que a falta de uma discussão histórica mais aprofundada dificulta uma compreensão maior das políticas públicas urbanas em andamento e a democratização das mesmas, que envolve a participação popular, inclusive prevista em lei, de modo a favorecer interesses públicos mais amplos, que amplie a legitimidade do que tem sido feito pelo poder público para as classes trabalhadoras do Brasil.

Encerramos lembrando que, em 2006, Itu apresentou uma demanda de 5.300 “pré-inscritos” em programas habitacionais da Prefeitura, segundo informações da Secretaria de Habitação. O que significa que além de favelados, muitos outros setores das classes trabalhadoras da cidade nutrem expectativas pelo direito humano a moradia. É interessante sublinhar que a Prefeitura reconhece que está enfrentando situações de conflitos com moradores que se negam a serem removidos conforme os projetos definidos de desfavelamento do município. No plano nacional e internacional são muitos os órgãos públicos, estudos, entidades civis e observatórios diversos que vem documentando e analisando as mudanças legais, projetos governamentais em habitação e atuações de movimentos sociais nesta área.¹³

Referências Bibliográficas

- AMÁBILE, Tatiana de A. & VITORINO, Arthur J. R. Imigração e Escravidão no Oeste Paulista (1864-1888). In *Revista Notícia bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 199, p. 471-487, outubro/dezembro de 2005.
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Revista Análise Social*, São Paulo, v. XXIX (127), p. 711-732, 1994.
- GODOY, João Miguel T. & MEDRANO, Lilia Inês Z. de. Região, História e Memória. In *Campinas: visões de sua História*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2006.
- IANNI, Octávio. *Cidade Antiga*. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo; Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1998.
- KOWARICK, L. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente. *Espaço & Debates* (Revista de Estudos Urbanos), São Paulo, n. 40, p. 105 a 113, 1997.
- _____, O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana. In *Cidade, Povo e Poder*. José Álvaro Moisés et. al., Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro (coleção CEDEC/Paz e terra; v.5), 1985.
- _____, *A Espoliação Urbana*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- LOPES, Doraci Alves. *Trabalhadores Sem Teto e Habitação Provisória: vivência acerca dos processos de perda de moradia urbana*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.
- _____. Casa, Despejo e cultura do habitar. in *Cadernos do CERU*. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. São Paulo: CERU/USP, n.13, p.193-209, 2002.
- TELLES, Vera. Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. In *Cadernos do CRH*, Salvador, nº 19, p.8-21, jul/dez 1993.
- TOSCANO, João. *Itu, Centro Histórico: estudos para preservação*. (Tese de Mestrado), FAU-Universidade de São Paulo, 1981.
- VALLADARES, L.P. Figueiredo, *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1980 (1ª ed. 1978).

⁽¹³⁾ *O Direito à Moradia no Brasil. Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro*. Relatório da Missão Conjunta da Relatoria Nacional da ONU, 29 de maio a 12 de junho de 2004.

http://www.polis.org.br/obras/arquivo_166.pdf. Acesso novembro de 2006.

A DIMENSÃO SUBJETIVA E A GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO¹

*THE SUBJECTIVE DIMENSION AND THE PERTAINING
TO SCHOOL MANAGEMENT: CONTRIBUTIONS TO THE FORMATION
OF THE PROFESSIONALS OF THE EDUCATION*

Maria Lucia de Abrantes FORTUNA²

RESUMO

Respalda-se nos conceitos da psicanálise, o texto apresenta questões produzidas em estudo que investiga como repercute na prática dos profissionais da educação sua história escolar inserida na história de vida. Com destaque na dirigente escolar, discute como o sentimento de abandono e de desprestígio social, repercute em sua prática e como tal posição se relaciona com suas vivências escolares quando estudante. Neste caminho, busca alternativas de formação e de acompanhamento da prática desses profissionais, que possibilitem indagar-se sobre o lugar que ocupam nesta mesma prática, diante da dinâmica de subjetividades presentes nas relações cotidianas das escolas de Ensino Básico.

Palavras-chave: marcas escolares; subjetividade; dirigente escolar.

ABSTRACT

Supported by the concepts of psychoanalysis, the text presents questions produced through a study which investigates how the practice of education professionals is influenced by their own education in the context of their life history. Focusing on the school manager, it discusses how the feeling of abandon and social discredit causes repercussions in his/her practice and how such post relates with his/her school life as a student. Through this line of research, it seeks for alternatives on training and support in the practice of these professionals, which would make it possible to question about the place they have in this practice in face of the dynamics of subjectivity within daily life relationships in elementary schools.

Key words: scholastic marks; subjectivity; school management.

⁽¹⁾ Comunicação apresentada no GT de Formação Continuada dos Profissionais da Educação no V Simpósio da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE /Sudeste – Piracicaba/SP – maio de 2005 (texto revisado e ampliado para esta publicação).

⁽²⁾ Doutora em Educação, USP. Professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. E-mail: maludeaf@gmail.com

Desde os anos 70 busco sustentar minhas formulações sobre as organizações escolares e sua gestão, a partir de sua prática, no interior da escola básica, sobretudo a da rede pública, tentando articulá-las do ponto de vista do cotidiano das relações escolares. Neste percurso, meu primeiro propósito foi interrogar a relação entre as práticas administrativas adotadas pelos diretores escolares e as concepções teóricas correntes naquela época. (Fortuna, 1979). Contrariando tudo aquilo que os textos de então expunham, os diretores das escolas atuavam de forma processualística, executavam as ações pessoalmente e de forma individual, não demonstravam preocupação com os fins, ignoravam seu grupo e se apresentavam sempre mais propensos a reagir diante das situações do que em provocá-las. Assim, os resultados revelaram a distância entre a prática administrativa e o pensamento veiculado pela bibliografia utilizada na área de Administração Escolar, até então marcadamente influenciada pelas formulações no campo da chamada Administração Geral ou Empresarial. Tais formulações foram posteriormente questionadas por Vitor Paro (1986), argumentando que a chamada “teoria geral da administração” nada mais é do que uma “teoria capitalista da administração”. Segundo ele, o chamado conteúdo “geral” e “universal”, não passa de uma forma ideologizada de apresentar a administração como uma prática neutra e inofensiva, escamoteando seu caráter de instrumento de controle e de exploração na organização do trabalho alheio, em benefício dos interesses do capital.³ Por esta lógica, analisando mais criticamente aqueles resultados, caberia indagar: o que estava se afastando do que?! Seriam os diretores que se distanciavam do chamado “perfil teórico” de administração ou este referencial é que não mantinha nenhum contato com o real concreto de nossas escolas?

Foi dando lugar a estas indagações que dei prosseguimento às minhas investigações no campo da gestão escolar durante os anos 80, privilegiando, progressivamente, a temática da gestão escolar democrática, por força dos movimentos sociais que são engendrados no conjunto da sociedade, em especial o dos professores, a partir de 1978. Assim, as pressões dos professores organizados e da sociedade civil como um todo, assim como a resistência e contestação dos alunos exigiram novos rumos às práticas administrativas da educação, interferindo e requerendo do administrador uma

revisão de suas posturas, procurando a reavaliação delas e o abandono do autoritarismo burocrático em benefício da representação democrática.

A partir dessas lutas, o provimento dos cargos administrativos de direção nos diferentes níveis de ensino vem-se fazendo em alguns estados e municípios por meio de eleições diretas, exigindo do eleito representatividade e compromisso com o nível de ensino que administra. Do ponto de vista do discurso, geralmente os diretores eleitos pretendem qualificar os fins de sua administração no sentido de uma gestão democrática, o que deveria significar a democratização das relações de poder no interior da área administrada e a ampliação dos espaços participativos de decisão que, saindo de um único centro de poder, culminassem com o exercício de uma administração colegiada. Administração esta que exigisse o envolvimento de todos nos processos de tomada de decisões.

Porém, como este movimento sempre é engendrado no conjunto da sociedade, recebe no seu transcurso a influência das práticas políticas do país, freqüentemente marcadas pelo clientelismo político e pelo corporativismo de interesses. Segundo Calligaris (1991), elas se explicam pelo composto colonizador, colono e escravo, presente na formação do povo brasileiro, que, pela ausência da função paterna interditora, carece da organização de um quadro social que lhe forneça a cidadania e a identidade. Segundo ele

“na sua busca contínua de uma função paterna, que lhe outorgue a filiação procurada, acaba medindo qualquer função paterna possível, pelo gozo ao qual ela poderia dar acesso [...] Isso abre as portas do clientelismo e da corrupção, pois o cargo que ocupo vale na medida em que posso dar prova patente do meu poder, só podendo sustentá-lo numa indefinida demonstração, onde o exercício do cargo se confunde com o gasto que comprova o seu valor.” (Calligaris, 1991, p.61-62)

Assim, se estabelece uma cadeia onde o poder se sustenta pela sua demonstração ostensiva e, de preferência, criativa para sua platéia, pois “a função paterna vale pelo gozo que exhibe e promete”. (Calligaris, 1991, p.65)

No sentido restrito da administração, seu caráter contraditório é reforçado pelo confronto dos interesses

³⁾ Em relação à análise crítica do pensamento em Administração Escolar e à busca de novas abordagens de reflexão sobre as organizações educativas, ver também Maria de Fátima Costa Félix (1986), Maria Cecília Sanchez Teixeira (1990), José Marcelino de Rezende Pinto (1996) e Maria Lucia de Abrantes Fortuna (2000). Ver também em Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.22, n. 1, jan/jun. 2006, artigos de Ângelo Ricardo de Souza e de Arilene Medeiros, Maria Lucia Fortuna e Joaquim Barbosa.

de classe no interior dos processos de trabalho coletivo. O que vai definir o perfil de uma administração, se autoritária ou democrática, se “reiterativa e conservadora ou criativa e progressista” (Paro, 1986:28), será a qualificação de seus fins e a escolha dos processos utilizados.

Em princípio, algumas pré-condições sinalizam a prática de uma gestão democrática. São elas: transparência das informações, dos controles e das avaliações; debate e votação das decisões coletivas; normas de gestão regulamentadas e/ou legitimadas por maioria; coerência da gestão com o processo democrático mais amplo da sociedade; e, vigilância e controle da efetividade das ações.

Reconhecemos, entretanto, que a gestão democrática faz parte de um processo coletivo e totalizante, cujo requisito principal é a participação efetiva de todos. É óbvio que somente a prática reiterativamente vivenciada no cotidiano demonstrará o conteúdo de uma gestão dessa natureza.

Assim, reafirma-se que a administração é uma prática social e política, e, por isso, contraditória e parcial, podendo gerar formas autoritárias ou participativas. Por esse motivo, acredita-se em um crescente imbricamento entre a dimensão social e subjetiva, na construção das regras do jogo democrático e no exercício das práticas administrativas. Principalmente, porque já não se concebe mais a democracia como um produto acabado, mas como um processo em permanente construção, historicamente definido e eternamente inacabado. Assim como também, mantendo a matriz marxista, supera-se a concepção única de Estado como o instrumento de dominação da classe hegemônica, passando a ser visto como o campo de luta dos interesses antagônicos de classe, sendo modelador e produto das relações objetivas de classe. Estado e democracia passam a ser vistos como um pré-requisito necessário à emancipação humana, ficando a autonomia de cada um relativizada pelo papel fundamental que assume a luta dos homens e mulheres no cotidiano de suas vidas na sociedade.

Diante deste quadro, não se pode desconsiderar a dimensão subjetiva das práticas desses atores, com seus valores, suas concepções, suas imagens, seus desejos, seus fantasmas, enfim, com toda sua história de vida, que entra como o dote que cada um traz consigo para o intercâmbio entre estas relações. Nesta troca, se inscreve a história coletiva, se constrói, se forma o sujeito coletivo. Por outro lado, o que cada um desses sujeitos traz inscrito sofreu a determinação impressa pela relação parental, que reedita a bagagem cultural e social que lhes são pertinentes.

Assim, pelos estudos realizados, pela vivência pessoal e pela observação empírica, tendo por tema de estudo a proclamada gestão democrática na escola pública, suspeitava da necessidade de se criar um espaço de reflexão, onde matrizes teóricas se articulassem. Faço a hipótese de que esta interação pode oferecer uma proposição de análise, capaz de melhor explicitar a teia de relações que estão sendo tecidas, nas chamadas práticas de gestão democrática da educação.

Desta maneira, a partir da década de 90, venho desenvolvendo estudos sobre os condicionantes subjetivos presentes nas relações escolares e em sua gestão, buscando, pela Psicanálise, uma lógica capaz de compreender a dimensão do sujeito no jogo dinâmico das relações escolares, em especial pela possibilidade que ela traz em lidar “com aquilo que não é percebido, aquilo a que não podemos dar nome e que tende a aparecer” (Enriquez, 1991, p.22). Por este percurso insisto em dizer que não existem estruturas organizacionais em abstrato. Elas se fazem e se apresentam em sujeitos concretos que nelas escrevem parte de suas histórias de vida e que, em co-autoria, escrevem também a história da organização. Neste sentido autorizo-me a pensar que a forma especial de trabalho que caracteriza a administração é a organização do esforço coletivo que se expressa pelo cruzamento das relações entre estes sujeitos concretos, no interior das organizações, marcados por sua história de vida pessoal, inscrita no contexto social, política e econômica da sociedade em que se expressam. Como a administração busca obter resultados através da dinâmica das relações entre estes sujeitos, transforma-se numa prática social e política, portanto contraditória e parcial, mas que convoca um investimento psíquico que, na maioria das vezes, fica submerso, negado e encoberto pelo jogo aparente da lógica funcional. (Fortuna, 2000)

Instigada por esta formulação, venho investigando a partir de 2000, em escola básica da rede pública municipal, na cidade de São Gonçalo/RJ, na forma de estudo de caso, como repercute, na prática dos profissionais da educação, sua trajetória de vida escolar inserida na sua história de vida pessoal, ou seja, como a subjetividade dos profissionais da educação repercute em suas práticas, e como estas afetam sua subjetividade. Como respondem, do ponto de vista de sua subjetividade, àquilo com que se defrontam na escola.

Permanecendo na opção de uma abordagem qualitativa (Ludke & André, 1986), continuo buscando o exame em profundidade do ambiente e da situação estudada

por meio do acesso direto às pessoas, às situações, destacando-se o “significado” que os personagens dão à rotina diária e a conexão dos fatos com sua história e vivências pessoais. (Thompson, 1992) Assim, as informações são colhidas não por meio da permanência na escola, no sentido de capturar, pela observação direta, seu cotidiano, ao que se acrescenta, além dos contatos informais, a participação em várias atividades, como Conselhos de Classe, reuniões de pais, de professores, de funcionários e de alunos, eventos festivos, culturais e esportivos, bem como atividades em salas de aula. No que se refere aos profissionais da educação que atuam na escola, o material empírico também é obtido por meio de entrevistas semi-estruturadas e, quando possível, pela realização de oficinas.

Nas entrevistas, procura-se resgatar aspectos da história de vida escolar, inseridos em sua história de vida, destacando-se professores mais marcantes, motivos na escolha da profissão e fatos relativos ao período da formação de professor. Mantém-se como critério geral para as entrevistas a voluntariedade do entrevistado, que, quando se dispõe, é esclarecido sobre os objetivos do trabalho, sobre a garantia de anonimato em relação às informações fornecidas e sobre sua concordância no uso do gravador. A entrevista, apesar de um roteiro com vários itens e subitens, precisa ocorrer de forma descontraída, procurando deixar o interlocutor à vontade para discorrer sobre o assunto livremente, a partir apenas de algumas provocações. A intenção é de evitar ao máximo a fala de quem entrevista, estimulando a livre expressão do entrevistado sobre os assuntos constantes do roteiro e/ou outros que podem surgir durante a própria conversa. Tanto a construção do roteiro, quanto o levantamento das possíveis perguntas que lhe caberiam, tem como objetivo principal preparar quem entrevista, no sentido de alertá-lo para os possíveis indícios que a situação pode lhe trazer, buscando, com isso, facilitar sua escuta. Gradualmente, no avançar e no caminhar dessa atividade, observa-se o abandono progressivo desses recursos auxiliares.

As oficinas têm sido oferecidas tanto na escola onde se realiza o trabalho, nos encontros de coordenação e/ou nos períodos de atualização e planejamento dos professores, quanto em outros espaços, no interior de Seminários e/ou Jornadas Pedagógicas. De preferência são realizadas em salas sem carteiras, propiciando uma situação de relaxamento, com vistas a recordar as vivências escolares dos professores por meio de reminiscência, que são relatadas, dramatizadas, representadas na forma de desenho

e discutidas, tentando-se perceber como e porque repercutem nas suas práticas atuais.

Pelos depoimentos parece que estes profissionais desconfiam da presença de algo que não sabem nomear, que lhes escapa, mas que atua, tanto na sua subjetividade, quanto na subjetividade dos alunos. Algo que interfere e condiciona as relações escolares. Um professor de Português, da 5ª série do Ensino Fundamental, na referida escola, assim se expressa: “Não sei... deve haver alguma coisa ou muito profunda ou muito simples, que a gente não tá conseguindo achar!...” Nesta fala, parece que o professor desconfia da presença de algo que ele não sabe nomear. Algo que lhe escapa, mas que atua, tanto na sua subjetividade, quanto na subjetividade de seu aluno. Algo que interfere e condiciona as relações escolares.

Em princípio, parece que a compreensão dos profissionais, neste estudo de caso, sobre os processos escolares, mantém forte relação com suas vivências estudantis. Na realidade, não só as situações de aprendizagem, no sentido estrito, parecem influenciar sua prática, mas também outras situações vividas fora da sala de aula dentro do ambiente escolar. Interessante constatar que, de maneira geral, os profissionais declaram ter a preocupação de não repetirem em sua prática as situações constrangedoras pelas quais passaram ou assistiram na escola. Por outro lado, expressam admiração pelos profissionais percebidos como mais enérgicos e ciosos de seus deveres. Percebe-se em suas falas um conteúdo idealizado, pois descrevem seus professores como que providos de todas as qualidades e de muito poder. Parece se tratar do segundo tipo de identificação apresentado por Freud no capítulo VII de *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921), onde “a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo”. (Freud, 1976, v.18, p.134) Como, em geral, descrevem as escolas de seu tempo de estudante com traços conservadores e tradicionais, reconhecem que não havia espaço de escuta para os alunos, no sentido de permitir-lhes acesso a uma fala espontânea. Mesmo assim, orgulham-se desta escola e a consideram melhor do que seu atual local de trabalho, avaliando-se como alunos mais aplicados do que seus alunos atuais. Será que estes profissionais da educação ainda permanecem sob o efeito da “tentação narcísica” de seus educadores, que não resistiram ao fascínio de modulá-los conforme si mesmo?! (Imbert, 1999) Se for assim, correm o risco de permanecerem embrutecidos por esta sujeição, sem se darem conta dela, sem se perguntarem sobre ela, repetindo em suas práticas a mesma expectativa narcísica.

Nesta posição acabam por reforçar em si mesmo o sentimento de impotência e de fracasso, ou de intolerância onipotente, diante da comunidade escolar que não lhe confere o mesmo lugar de idealização que um dia conferiram aos seus grandes mestres. Até porque se trata hoje de estudantes inscritos numa lógica de mercado, que patrocina uma crescente valorização do consumo rápido e fácil, e que, no âmbito do ensino, relaciona-se com a desvalorização social do professor, de quem se escuta um freqüente lamento pelo não reconhecimento de seu esforço. Após uma atividade onde os alunos não responderam como o esperado, comenta a professora de português da 6ª série do Ensino Fundamental da referida escola, durante o recreio: “Foi uma pena eles (os alunos) não aproveitarem! Nós, professores, nos sentimos frustrados quando preparamos uma aula com toda preocupação e eles simplesmente não dão a mínima”. Por esta fala, à semelhança de tantas outras que se repetem, parece que os profissionais da educação, diante dos impasses com que se defrontam, em geral produzem como resposta uma queixa, um lamento vitimado em relação a um outro, como se estivessem magoados e atingidos pessoalmente. Este lugar de vítima produz uma autopiedade inibidora do pensamento crítico, dificultando pensar a situação do ponto de vista da autoria, ou seja, poder perguntar sobre sua própria implicação nela. (Fernandez, 1994)

Pela escuta destes profissionais, parece não ser mais possível ver o trabalho na escola como um conjunto de competências e capacidades totais. O discurso pedagógico com tom idealista não dá conta do cotidiano real de nossas escolas. Tanto os profissionais da educação, quanto seus alunos e responsáveis têm uma história de vida que precisa ser levado em conta: tratam-se subjetividades em jogo, no interior das relações escolares.

Neste sentido venho pensando que talvez fosse importante constituir-se uma modalidade de acompanhamento/supervisão da prática desses profissionais, que lhes permitisse falar de suas subjetividades em jogo, de seus questionamentos, de suas angústias, de suas possibilidades e limites, onde pudessem pensar-se fora do lugar de idealização, para poder habitarem o campo das possibilidades, assumindo o desafio de encontrar uma alternativa entre a onipotência e a impotência, entre a “*escola cárcere*” e a “*escola deserto*” (Imbert, 1999) Este é o trabalho que estamos tentando constituir, na medida em que as oportunidades se apresentam dentro da própria dinâmica do cotidiano escolar.

Assim, em 2004, talvez por efeito do que já vimos produzindo nesta direção, recebemos o convite para

compor uma equipe que se responsabilizou pela realização de um curso de Formação Continuada para Dirigentes Escolares, no município de Niterói/RJ, organizado e coordenado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, em parceria com a Fundação Municipal de Educação, através de um Programa de Cooperação Pedagógica. Tal curso tinha por objetivo “debater os principais problemas que afetam o setor administrativo da escola e, como dirigentes escolares conseguem individual e coletivamente enfrentá-los no cotidiano escolar”. Segundo seus coordenadores tratava-se de “uma oportunidade para reunir profissionais da educação, pesquisadores (as) e dirigentes escolares do Município de Niterói, **que desejam** estudar e debater temáticas, que contribuam para compreender e investigar o pensar e o fazer administrativos”. – grifos nossos – (Silva e Bastos, 2004). Formulada desta maneira, a proposta supunha um caráter voluntário para seus participantes. Desta forma, foram apresentados sete eixos temáticos. Três, na modalidade de palestras/conferências proferidas por especialistas das áreas a que se referiam e ocorridas entre os demais. Nestas, os temas foram: 1- Doenças sexualmente transmissíveis (DST) e gravidez precoce; 2- A violência contra a criança, as drogas e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e 3- A escola pública e a pluralidade cultural. Os outros quatro temas, desenvolvidos na forma de módulos, em encontros semanais de quatro horas, perfazendo cada um o total de 12 horas, foram: 1- As relações do poder, relações de trabalho e relações dialógicas em práticas cotidianas escolares; 2- A dimensão subjetiva da gestão escolar; 3- A complexidade das relações sociais contemporâneas e o cotidiano escolar; 4- A formação continuada dos profissionais da escola. Na abordagem destes temas, a proposta sustentava a posição do professor(a) pesquisador(a), ou seja, aquele que investiga sua própria prática, no caso, aquele que investiga seu pensar e fazer administrativo. Neste sentido, abria a possibilidade para que outras temáticas, além das planejadas, fossem tratadas na interlocução durante os encontros, bem como apontava para a investigação, pelas trocas discursivas, das práticas relatadas, possibilitando interrogá-las, do ponto de vista da posição ocupada nelas, pelo próprio relator e de seus efeitos nos demais participantes. Foi a partir desta posição que assumi, junto com três bolsistas de iniciação científica, a coordenação de um grupo formado por quinze dirigentes escolares, sobre o tema “A dimensão subjetiva da gestão escolar”.

Como este foi o segundo módulo, encontrei o grupo bastante afetado pelo primeiro tema, especialmente no que

dizia respeito às relações de poder. No entanto, tal afetamento dirigia-se principalmente à estrutura do poder público, mais uma vez expressando-se por um discurso vitimado, marcado por uma “queixa-lamento”, (Fernández, 1994, p.108) que situava o mal-estar a partir do lugar desse outro. Uma queixa-reclamação que parecia esperar daquele que escutava uma solução e/ou um condoer-se, inibidor da possibilidade de pensar a situação e, sobre ela, formular questões e buscar alternativas. Diante da necessidade de promover algum tipo de movimento, já que aquela posição lubrificava a armadilha da incapacidade, da ausência de autoria, pela facilidade de uma justificativa sem implicação, já que situada fora do sujeito, propus um trabalho com reminiscências sobre a história de vida escolar, onde pudessem, movendo-se de um lugar para outro, localizar-se diante da figura do dirigente escolar e poder se deparar com aquilo mesmo que relatavam, a partir de um outro lugar. O registro destas lembranças foi através de desenhos, com textos no verso. Foi predominante nelas a figura de dirigentes assim expressos: “A diretora tinha o porte altivo e severo. Tinha medo dela! / A diretora causava medo. Ela andava com uma vara na mão. / A figura da diretora era algo distante, inatingível. / Eram todas umas famílias. A mãe era a diretora, auxiliada pelas filhas. Mas era muito autoritarismo/ Nenhuma lembrança da diretora da minha escola. / Lembro da diretora de coque, severa, que não ria, mas que os pais adoravam. / A casa da diretora era no fundo da escola. Conhecia todos os alunos e seus pais. / A diretora chamava nossa atenção, aconselhando e castigando para o nosso bem. / Não tínhamos contato direto com a diretora. / Como será que os alunos me olham? O que sentem quando olham pra mim?”.

Diante da produção e do que se pode escutar dos que participaram desta etapa do curso, cuja temática privilegiou “a dimensão subjetiva da gestão escolar”, acreditamos ser relevante um esforço para que esta oportunidade criasse condições para uma reflexão sobre o que foi percorrido e o que ainda se pode percorrer, a partir da localização dos passos dados. Deste ponto de vista, problematizar a partir da própria prática em articulação com a temática foi um passo possível de ser dado enquanto grupo, incluindo neste movimento tanto os participantes, como também o grupo da pesquisa.

Nesta direção, foi utilizado como referência o estudo anteriormente realizado (Fortuna, 2000), onde, estabelecendo uma articulação entre os conceitos da psicanálise e as práticas da gestão democrática nas escolas públicas, levantava a hipótese de que os professores, no processo eleitoral, escolhem aquele que ocupará o cargo

de dirigente, movidos pelos laços libidinais em duas ordens: na relação de substituto do *ideal de ego*, como representante do pai e da autoridade e, ao mesmo tempo, pelo laço de *identificação*, a partir da igualdade na condição de ser professor. (Fortuna, 2000, p.128) Por conta desta economia, mesmo defendendo que os mandatos devessem permanecer com o tempo definido, não-reconduzíveis, exatamente pela possibilidade que esta fórmula traz em relação a um rodízio maior entre os professores na ocupação da função de dirigente escolar, reconhecia que tais alterações exigem do dirigente um esforço emocional maior do que pode parecer uma simples substituição funcional. Argumentava que assim ocorre, pelos efeitos do investimento psíquico que a prática da gestão escolar convoca, sobretudo porque, este que ocupa tal lugar, pode ficar na posição de depositário destas energias libidinais. Mas sabe-se também que tais laços também estão carregados de uma quantidade relevante de libido narcísica, que transborda para a escolha de objeto, que fica engrandecido pela expectativa de perfeição que gostaríamos de adquirir em nós mesmos. A partir desta apropriação e diante das trocas discursivas ocorridas no grupo, surgiu a indagação: será que a permanência da mesma dirigente na função e a declarada dificuldade de outras pessoas se disponibilizarem, relaciona-se com este componente narcísico, presente neste investimento, que acaba por produzir uma tentativa de retenção dos laços libidinais por parte desta dirigente escolar, sem que ela mesma se dê conta disso, gerando, assim sua manutenção no cargo?

Havia a concordância de que, com certeza, apenas um ou dois anos de gestão não seriam suficientes para a realização de projetos que apostassem numa maior participação dos envolvidos. Porém, mais de quatro anos, não levaria a escola a sofrer pelo autoritarismo resultante da “retenção” do poder no cargo, pela direção, dando margem à constituição de relações paternalistas e clientelistas? Ainda, se a discussão sobre democracia e sociedade civil vem refletindo um movimento em busca da organização e da qualificação da vida humana, pela invenção cotidiana e permanente das regras do jogo, poderíamos considerar que a concentração do poder no mesmo sujeito, por um longo período, estaria dando margem para a instalação de um poder total? Ou seja, para constituição de um lugar de onde emana, na expressão de uma das diretoras participantes, “a resposta, a verdade, o alimento e o sangue”, impossibilitando o surgimento do que chamo de “lugar vazio”, a ser ocupado por um novo ideal democrático, um outro projeto? A permanência do mesmo sujeito no lugar do poder, retendo os laços libidinais do

qual é depositário, de amor e de ódio, não estaria patrocinando a acomodação do grupo e adormecendo aquilo que a democracia tem de mais rico, que é a possibilidade de ser inventada a cada passo? Se a democracia é um processo em permanente construção, historicamente definido e eternamente inacabado, para que uma gestão desenvolva um trabalho produtivo e efetivamente democrático, a ênfase maior não deveria estar na escolha dos procedimentos? Daí, a rotatividade dos sujeitos investidos deste poder, produzindo como efeito destas mudanças a periódica discussão deste mesmo processo, não seria essencial para a sua sobrevivência? Como garantir viva a discussão democrática, caracterizada pela permanente reconstrução das regras do jogo de convivência? Se a construção dos laços libidinais com a direção é feita pela *substituição do ideal do ego* de cada um e, com os companheiros, pela *identificação ao líder*, portador da responsabilidade de direcionar o projeto democrático há que se concluir que este se torna depositário de muitas energias libidinais e foco de grande ambivalência. Para além dos reais limites de gestão, especialmente na rede pública, será também deste lugar que se origina o lamento e a queixa? O texto usado como referência observa, em seu estudo de caso, que todos os dirigentes concluem seu mandato, com uma queixa, com algum tipo de ressentimento, após uma situação de conflito. Este discurso lamentoso, tão presente nessas falas das dirigentes, poderia estar encobrindo um certo apego ao cargo, à função, medo da “queda da mãe”, de ser substituída por outra, o que seria uma conseqüência natural do processo democrático? Ao reclamarem das dificuldades enfrentadas no cargo, não estariam desejando reter o poder, dizendo que é muito ruim, para que ninguém desejasse ocupá-lo? Ou ainda, continuar reclamando não estaria sustentando o não poder fazer mais do que já fazem? No final das contas, quem deseja uma função cheia de inconvenientes, onde há muita interferência externa, pressa na cobrança dos resultados, falta de assistência dos governantes, horários incertos, solicitações dos funcionários, dos professores, dos alunos, dos pais, da comunidade? E onde ainda exige-se a renúncia a uma parte de sua vida pessoal e de seu crescimento profissional, sem recompensas? Não parece a fábula da raposa e das uvas verdes ao inverso?!

Neste percurso foi ainda possível somar a estas questões, um outro aspecto: localizar que as diretoras também não estão por fora da mesma ambivalência que estão sujeitos os demais envolvidos nestas relações escolares. Parece que mais especificamente em relação aos colegas docentes, exatamente por terem estado um dia,

ligados a eles, pela identificação. Portanto se verifica aí uma dualidade, característica dinâmica da liderança, pois sem liderados não há líderes, já que se trata da relação entre pessoas. Relação esta que envolve questões subjetivas próprias de cada um, de sua história de vida, todo tempo em jogo, ainda que de forma inconsciente, no cotidiano escolar. Isto porque aquilo que cada sujeito expressa pode, num determinado momento, estar sendo a apresentação de uma diferença, algo que esteja deixando passar, por certos momentos, em busca da produção de outros lugares. É possível também ser esta diferença, a origem dos conflitos vivenciados? Lidar com o outro implica lidar com as suas diferenças e tudo o que não se apresenta como igual a si mesmo. Então, levando em conta a posição do líder, neste caso, as diretoras de escola, o que realmente está por trás deste “muro de lamentações?” A questão de o próprio poder, que tanto fascina os indivíduos e os caracteriza como superiores aos demais e/ou a dificuldade em conviver e, principalmente, poder lidar com as diferenças do outro?

Finalmente e neste sentido, qual a chance que se tem para caminhar no emaranhado da teia das relações escolares, produtoras de tantas contradições e ambivalências? Talvez ela se apresente ao perguntar-se sobre isto mesmo do que se fala e do que se queixa, ao perceber-se como sujeito constituído e afetado pelos demais, tentando, ao localizar sua posição no caminho percorrido, re-posiciona-se no presente e apostar numa possibilidade futura.

Referências Bibliográficas

- CALLIGARIS, C. (1991). *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta. 173 p.
- ENRIQUEZ, E. (1991) *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. (T. C. Carreiro & J. Nasciutti, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. 404 p.
- FÉLIX, M. de F. C. (1986) *Administração Escolar: um problema educativo ou empresarial*. São Paulo: Cortez: Editores Associados, 200 p.
- FERNANDEZ, A. (1994) *A mulher escondida atrás da professora*. (N. K. Hickel, trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. 183 p.
- FORTUNA, M. L. de A. *O perfil do administrador escolar: uma perspectiva estadual*. Niterói/RJ, 1979.

- Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. 174 p.
- FORTUNA, M. L. de A. (2000) *Gestão escolar e subjetividade*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto. 147 p.
- FREUD, S. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad.) (Vol. 18, pp. 91-179). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- IMBERT, F & CIFALI, M. (1999). *Freud e a pedagogia*. (M. S. Gonçalves & A. U. Sobral, trad.). São Paulo: Loyola. 166 p.
- LÜDKE, M. & ANDRÉ, M.(1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU. 99 p.
- MEDEIROS, A. M. S. de & FORTUNA, M. L. de A. & BARBOSA, J. G. (2006) *Gestão escolar e a formação do sujeito: três perspectivas*. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 22, n. 1, jan./jun., p. 109-123.
- PINTO, J. M. de R. (1996) *Administração e liberdade: um estudo do Conselho de escola à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 170 p.
- SILVA, W. C. da & BASTOS, J. B. (2004) *Programa de Cooperação Pedagógica. Proposta de Formação Continuada em Curso de Extensão*. (Documento) – Fundação Municipal de Educação de Niterói. 6 p.
- SOUZA, A. R. de (2006). *Os caminhos da produção científica sobre a gestão escolar no Brasil*. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 22, n. 1, jan./jun., p. 13-39.
- TEIXEIRA, M.C.S. (1990). *Antropologia, cotidiano e educação*. Rio de Janeiro: Imago. 206 p.
- THOMPSON, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. (L. L. de Oliveira, trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 385 p.

E-MOMS – NA ERA DA MATERNIDADE CIBORGUE¹

E-MOMS – IN THE CYBORG MATERNITY AGE

Érica Renata de SOUZA²

RESUMO

A sociedade informacional se move da ordem à desordem e desta a uma nova ordem, caracterizada por fluxos, movimentos, compressão do tempo e do espaço e relações em tempo real para além das distâncias. Essa nova sociedade vem acompanhada de uma economia ciberespacial em que o próprio corpo humano, suas "partes", foram transformadas em mercadoria. É nesse contexto de novas liberdades e novos confinamentos que pretendo analisar o comércio de informação e material genético para fins reprodutivos, em particular o caso de mulheres que oferecem seus serviços de barriga de aluguel e venda de óvulos via internet, gerenciando questões e contradições de ordem econômica, simbólica, moral e identitária.

Palavras-chave: *maternidade; novas tecnologias reprodutivas; tecnociência; sociedade informacional.*

ABSTRACT

The informational society moves from order to disorder and then to a new order. This is characterized by flows, movements, space-time compression and relationships in real time that disregard physical distance. This new society engenders a cyber economy which transforms the human body and its parts into commodities. It is in this context of new liberties and new confinements that I intend to analyse the commerce of genetic information and materials for reproductive ends. I look particularly at the case of women who offer surrogacy and egg donation services via the internet, managing economic, symbolic, moral and identity issues and contradictions.

Key words: *maternity; new reproductive technologies; technoscience; informational society.*

⁽¹⁾ Texto originalmente produzido para a disciplina "Tópicos Avançados em Meio Ambiente, Tecnologia e Desenvolvimento II", ministrada pelo Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, no 1º Semestre de 2001. Posteriormente, o texto foi revisado, traduzido para o inglês e apresentado no evento *Mothering. Low, Politics and Public Policy*, York University, Toronto, Canadá, realizado de 18 a 20 de outubro de 2002. Agradeço à FAPESP pelo financiamento da minha pesquisa de doutorado no Brasil e do estágio na *York University* (Toronto, Canadá), durante o qual tive a oportunidade de apresentar este artigo no evento supra citado.

⁽²⁾ Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, mestre em Antropologia Social e licenciada em Pedagogia pela mesma universidade. Foi pesquisadora convidada na *York University* (Toronto, Canadá), vinculada à *Association for Research on Mothering*, em 2002. Atualmente é docente da PUC-Campinas e pesquisadora do Laboratório Ensino, Sociedade e Cultura (LESC) da PUC-Campinas. E-mail: ericasouza@puc-campinas.edu.br

Tendo por tema de doutorado a maternagem lésbica nas suas várias possibilidades (filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores, adoção, utilização das tecnologias reprodutivas, educação de sobrinhos etc.)³, considere pertinente abordar, no presente artigo, a questão das novas tecnologias reprodutivas (NTRs) na sua apropriação mais ampla, isto é, por qualquer sujeito, independentemente da sua orientação sexual. A escolha do objeto de análise deste artigo, no entanto, teve origem nas minhas pesquisas no ciberespaço em busca dos objetivos estritos do meu projeto de pesquisa, relacionados à homossexualidade, durante a elaboração do projeto e a fase inicial do doutorado⁴. Refiro-me, a princípio, à *moms-list*, uma lista internacional de discussão para mães lésbicas, na qual inúmeros temas que derivam da associação entre maternidade e homossexualidade são abordados, como discriminação dos filhos de pais/mães homossexuais na escola, angústias nas tentativas de inseminação artificial, materiais e eventos especializados etc. Numa das minhas observações quase diárias da lista, durante praticamente três anos (de 1998 a 2001), fiquei informada de que as mulheres que buscavam doadores conhecidos ou desconhecidos contavam, além dos bancos de sêmen, com um *website* para auxiliá-las nesta busca. Visitando o *site*, descobri que a questão era muito mais ampla, e não restrita à inseminação artificial, mas direcionado especificamente a serviços de “barriga de aluguel”. O *site*, apresentado como informativo, mantinha também a sua sessão de “classificados”, no qual, diariamente, vários anúncios revelavam o interesse de heterossexuais e homossexuais na oferta e na procura de material genético ou de um corpo hospedeiro para fins reprodutivos. Foi assim que conheci o *Surrogate Mothers Online*, em fevereiro de 2000. O *website* ainda continua acessível, num formato bastante parecido àquele por mim pesquisado em 2000-2001.

O comércio eletrônico e o ciborgue

Na primeira página do *site* encontrávamos a justificativa dos seus criadores:

³ SOUZA, Érica Renata de. *Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo)sexualidade*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005, 242p. Financiamento FAPESP.

⁴ Desta forma, o conteúdo deste artigo não foi incorporado à tese, mas se configurou como um importante exercício de reflexão para a elaboração da mesma.

⁵ Todas as traduções deste artigo são minhas. “Welcome to the Surrogate Mothers Online home page! The purpose of Surrogate Mothers Online is to provide information and support to individuals who are interested in pursuing a surrogacy arrangement. The time and effort put into creating and maintaining this site are the voluntary contribution of a few dedicated surrogate mothers and parents via surrogacy who want to help and inform others about this unique path to parenthood. We are not associated with any professionals in the field of surrogacy, gamete donation, or adoption and we are not an agency, business, or organization, just an informative website.”

“Bem-vindo(a) à *homepage* do *Surrogate Mothers Online*! O objetivo do *Surrogate Mothers* é providenciar informações e apoio aos indivíduos interessados em buscar um serviço de barriga de aluguel. O tempo e o esforço colocados em se criar e manter esse *site* são contribuições voluntárias de algumas mães de aluguel e pais via barriga de aluguel que querem ajudar e informar outros sobre este caminho único para a parentalidade. Nós não estamos associados a quaisquer profissionais no campo da barriga de aluguel, da doação de gametas ou da adoção e nós não somos uma agência, negócio ou organização, apenas um *website* informativo” (<<http://www.surromomsonline.com>>. Acesso em 29 fev. 2000 e 02 jul 2001)⁵

Este único parágrafo oferece-nos indícios do imaginário que envolve os serviços de barriga de aluguel, via Internet, nos denominados países de Primeiro Mundo. A priori, o *site* é apresentado como informativo, o que pode ser verificado nos *links* para “artigos” (*articles*), “histórias de sucesso” (*success stories*), “pesquisas” (*surveys*) etc. A conexão também está contemplada no seu aspecto comunicativo através do *chat* que o *site* também dispõe. Na mesma mão (e não na contra-mão), há, ainda, o *link* para os “*classifieds*”. E por que digo na mesma mão? Porque o aspecto comercial, aliado ao informativo e ao comunicativo, é intrínseco a essas práticas de negociação de corpos e materiais genéticos. O que quero dizer com isso?

Segundo Scott LASH (2000), hoje a informatização guia, orienta a comodificação. A sociedade informacional se move da ordem à desordem e desta à uma nova ordem, caracterizada por fluxos, movimentos, compressão do tempo e do espaço e relações em tempo real para além das distâncias. Essa nova “arquitetura” vem acompanhada de uma “economia ciberespacial emergente”, no contexto de uma ‘comercialidade’ disse-minada (RIFKIN, 2000).

Será que, como questiona Rifkin, a tendência para o futuro será, então, a esfera comercial como o medidor básico das relações humanas? O melhor mercado será realmente a vida de cada ser humano? Para Deleuze (1990a), no capitalismo, só o mercado é universal. Para Rifkin, o capitalismo vem reinventando a si próprio num novo

contexto, ou seja, na forma de redes. Mas, se na era industrial as relações humanas eram transformadas em mercadorias, na era do acesso, a aliança da tecnociência com o capitalismo, bem representada pelo comércio eletrônico, parece indicar que o próprio corpo humano, seus “pedaços e partes” (RABINOW, 1991), foram transformados em mercadorias.

É nesse contexto de nova ordem (LASH, 2000; HARAWAY, 1997), nova economia (RIFKIN, 2000), novas liberdades e novos confinamentos (DELEUZE, 1990b) que pretendo analisar o comércio de material e de informação genética para fins reprodutivos. Como bem nos lembra Donna Haraway, “a questão de onde vêm os bebês nos coloca no centro de ação na Nova Ordem Mundial” (HARAWAY, 1997:35)⁶

Nesse sentido, o contexto da análise contemplará, além do aspecto comercial dessas práticas pós-modernas, o seu aspecto simbólico, isto é, o corpo do ser humano transformado em informação, em “estruturas de dados”, naquilo que HARAWAY (2000) denomina “ciborgue”: criaturas híbridas, mitos que se encontram na fronteira transgredida entre organismo e máquina, natureza e artifício, realidade e imaginação... seres de conexões instáveis e indeterminadas. Nessa perspectiva, no planeta terra globalizado, o embrião, o feto ou o bebê são concebidos pela autora (HARAWAY, 1997) como uma entidade ciborgue constituída por turbulentos e heterogêneos rios de informação.

O Surrogate Mothers Online e o Fairfax Cryobank

Rifkin escreve: “Imagine acordar um dia e descobrir que todos os aspectos do seu ser tornaram-se sujeitos à compra, que sua vida em si se tornou a melhor experiência de compra” (RIFKIN, 2000:79). Para quem não quiser imaginar, mas *ver* essa possibilidade, é só conectar-se à internet e acessar os classificados do site *Surrogate Mothers Online*. As opções de oferta e procura são:

- Mães de aluguel (Surrogates)
- Doadoras de óvulos (Egg Donors)
- Doadores de esperma (Sperm Donors)
- Doação de embrião (Embryo Donation)
- Parentalidade arranjada (Arranged Parenting)
- Vários (Miscellaneous)
- Pais via barriga de aluguel (Parents Via Surrogacy)
- Pais via doação de óvulos (Parents Via Egg Donation)
- Pais via doação de esperma (Parents Via Sperm Donation)
- Adoção (Adoption)
- Amigos virtuais (Email Pals)
- Todas as categorias (All Categories)

BUSCA DOS CLASSIFICADOS (Search the ADS)

Meu primeiro contato com o *site* foi em fevereiro de 2000. A princípio, o objetivo deste trabalho era comparar os artigos depois de mais de um ano. No entanto, considerei pertinente selecionar apenas artigos recentes, de 2001, coletados *on-line* no dia 02 de julho. O recorte é dos 44 artigos mais recentes no dia da coleta. Como minha opção foi “todas as categorias”, os anúncios são aleatórios, respeitando apenas a ordem crescente de data, de 26 de junho a 1o de julho. Na análise, utilizei como referência e/ou contraponto algumas informações dos 119 anúncios coletados no ano anterior, além das informações obtidas, na mesma época, no *site* de um banco de sêmen norte-americano, o *Fairfax Cryobank*. E por que as informações deste banco para as intenções do trabalho, pensando nos aspectos comercial e simbólico do ser humano transformado em informação?

Porque os bancos de sêmen representam uma eugenia construída e apropriada segundo os interesses do consumidor, a mesma eugenia que será identificada, mas informalmente, nos anúncios do *Surromoms*. Segundo Rabinow (1991), a biologia interfere na forma de prevenção, de mapeamento de riscos com a finalidade de superar deficiências. Nesse processo, “(o) padrão coletivo consiste em diferentes pedaços físicos mapeados em centros ao redor do mundo” (RABINOW, 1991:84) e – acrescento – apropriado pelo comércio das informações genéticas. Além de testes regulares como os de Aids, hepatite e DSTs, os testes de doenças genéticas do *Fairfax Cryobank* visam ainda eliminar certos doadores que potencialmente carreguem os genes de doenças específicas, relacionadas a suas raças e/ou etnias, a fim de prevenir a reprodução de deficiências ao eliminar portadores potenciais: “Qualquer candidato que é identificado como um portador ou que exibe evidência de qualquer uma dessas doenças não é aceito no programa de doação”⁷ <<http://fairfaxcryo.com>>. Acesso em: 10 mar. 2000.

Seguem algumas informações do *site* do *Fairfax* sobre as doenças que procura detectar:

⁽⁶⁾ “the question of where babies come from puts us at the centre of the action in the New World Order”.

⁽⁷⁾ “Any candidate that is identified as a carrier or exhibits evidence of any of these diseases is not accepted into the donor program”.

- Aproximadamente 1 em 50 Caucásianos são portadores do alelo Z, uma mutação severa, enquanto 1 em 14 carregam o alelo S, uma mutação moderada. O mapeamento das mutações do Z e do S detectam virtualmente todos os portadores desta doença⁸.
- O câncer de mama-1 (BRCA-1) é um gene envolvido na hereditariedade do câncer de mama. Aproximadamente 1% dos judeus Ashkenazi carregam uma mutação no gene BRCA-1⁹.
- Aproximadamente 4% a 9% da população judaica carrega um gene da doença de Gaucher. Três mutações de DNA são responsáveis por 95% de todos os *alleles* mutantes na população judaica¹⁰.
- A anemia falciforme é uma doença autossômica recessiva encontrada, sobretudo, nos indivíduos de ancestralidade africana. O risco de ser um portador é um em dez para indivíduos de ancestralidade africana¹¹.
- As Talassemias são um grupo de desordens herdadas encontradas primariamente em certos grupos étnicos como asiáticos, africanos, do Oriente Médio e Mediterrâneo¹².

O *Fairfax Cryobank* funciona como um serviço de entrega de sêmen anônimo a domicílio, com acompanhamento médico. O pedido de compra pode ser efetuado por ordem de pagamento, fax ou pela *internet*, através de formulário disponível no próprio *site*. Os perfis dos doadores podem ser obtidos através de *downloads*. Assim como as negociações feitas por *e-mail* entre os anunciantes e aqueles que acessam o *Surrogate Mothers Online*, o que está na base desse comércio em rede é a aceleração total do tempo, propiciada pela alta tecnologia da nova economia (RIFKIN, 2000).

Classificados: Quero ajudar você a realizar o seu sonho. Por 20 mil dólares

Segundo dados do *Surrogate Mothers*, em 02/07/2001, sobre 786 entrevistas, 73% das mães de aluguel

negociavam com casais desconhecidos, 49% obtiveram uma reação positiva da família frente à decisão, 36% (a maior votação neste item) achava que uma mãe de aluguel deve receber entre 15 e 20 mil dólares pelo serviço, enquanto 50% (no próximo item) achava que o preço deveria aumentar depois da primeira vez e 28% pensava que um possível contato com a criança após o nascimento é algo que dependeria do desenrolar da situação, ao passo em que 29% pretendia deixar essa decisão por conta dos Pais Intencionais (*IPs - Intended Parents*).

Do total dos 44 anúncios selecionados, 28 são de casais heterossexuais (ou ao menos a mulher se apresenta como casada), 10 de pessoas que não explicitam seu estado civil ou sua orientação sexual, 3 de casais gays, um homem divorciado, uma mulher que se identifica como “mãe solteira” e outra como apenas “solteira”; 35 anunciantes são estado-unidenses, 4 canadenses, 3 não identificaram a sua localidade, um australiano e um 1 britânico; 32 não fazem menção à sua origem étnica/racial, 8 apresentam-se como brancos, descendente de europeus ou oferecem descrições de traços como “cabelos loiros” e “olhos verdes”, um casal se apresenta com descrições específicas para suas origens indígena e negra, um casal se apresenta como “bi-racial”, uma mulher se identifica como “negra” e outra como “de pele clara” (*fair complexion*). Quanto à raça do doador do material genético, apenas 4 delimitam requisitos (sempre numa tendência intra-racial) e apenas dois afirmam que a questão racial não é critério; os demais se abstêm de mencionar a questão.

No que se refere aos serviços e materiais comercializados, temos o seguinte quadro: 7 anunciantes procuram doadoras de óvulos, 5 oferecem-se como doadoras de óvulos, 6 procuram o serviço de barriga de aluguel tradicional, 2 oferecem o serviço de barriga de aluguel tradicional, 2 procuram o serviço de barriga de aluguel *gestacional*¹³, 6 oferecem o serviço de barriga de aluguel *gestacional*, um procura qualquer dos dois serviços de barriga de aluguel, 2 oferecem qualquer dos dois serviços de barriga de aluguel, 3 procuram o serviço de barriga de aluguel sem especificar, uma oferece o serviço de barriga

⁽⁸⁾ “Approximately 1 in 50 Caucasians are carriers of the Z *allele*, a severe mutation, while 1 in 14 carry the S *allele*, a milder mutation. Screening of the Z and S mutations will detect virtually all carriers for this disease”.

⁽⁹⁾ Breast cancer-1 (BRCA-1) is a gene involved in hereditary breast cancer. About 1% of Ashkenazi Jews carry a mutation in the BRCA-1 gene.

⁽¹⁰⁾ Approximately 4% to 9% of the Jewish population carries a Gaucher disease gene. Three DNA mutations account for 95% of all mutant alleles in the Jewish population.

⁽¹¹⁾ Sickle cell anemia is an autosomal recessive disease found mostly in individuals of African ancestry. The risk of being a carrier is one in ten for individuals of African ancestry.

⁽¹²⁾ The Thalassemias are a group of inherited disorders found primarily in certain ethnic groups such as Asian, African, Middle Eastern and Mediterranean.

⁽¹³⁾ Não foi possível recorrer à nenhuma bibliografia específica a fim de esclarecer as distinções teóricas entre (1) *Traditional Surrogate* (TS) e (2) *Gestacional Surrogate* (GS). Mas uma análise dos anúncios sugere que essas categorias étnicas referem-se, respectivamente, (1) à utilização dos óvulos da própria mãe de aluguel e (2) à utilização dos óvulos de uma outra mulher no corpo da mãe de aluguel. O uso do termo original *gestacional* será mantido, em itálico, por não ter encontrado tradução adequada.

de aluguel sem especificar, 3 procuram bebê/criança para adoção, um procura adoção ou barriga de aluguel tradicional, um procura adoção ou barriga de aluguel sem especificar, um homem procura barriga de aluguel sem especificar o tipo ou adoção mas também se oferece como doador de esperma, uma mulher procura doador de sêmen, uma oferece-se como barriga de aluguel *gestacional* ou doadora de óvulo e uma já encontrou um casal para negociar. Nessa amostra, não há homens que se oferecem exclusivamente como doadores de sêmen ou crianças oferecidas para adoção.

Percebemos que as buscas e ofertas maiores são de óvulos e barrigas de aluguel, em contraposição à busca ou oferta de esperma, o que me parece, até certo ponto, coerente com a proposta maior do *site*, dirigido às práticas de barriga de aluguel e visitado predominantemente por heterossexuais, ainda que contemple também interesses outros daqueles que procuram a parentalidade via NTRs; mas é curioso o fato de não haverem mulheres lésbicas envolvidas de alguma maneira nessas transações, ao menos nessa amostra.

Notamos ainda um relativo “equilíbrio” ou “compatibilidade” entre a oferta e a procura dos serviços em geral. A adoção, entretanto, é um caso à parte: há 3 buscas por adoção e nenhuma oferta. Durante a leitura dos anúncios de 2000 e de 2001, pude perceber que um grande empecilho para a adoção são as altas taxas impostas pelas agências e inacessíveis para muitos dos casais ou solteiros que pretendem adotar. No *site*, entretanto, essa busca, não mediada pelas agências, oferece uma nova luz à possibilidade. Mas nos anúncios de 2000 apenas uma oferta para adoção foi encontrada, enquanto naqueles selecionados em 2001 não há nenhuma explícita, embora uma das mulheres que se oferece para barriga de aluguel *gestacional* “comente” no anúncio que tem 6 filhos disponíveis para adoção.

Mas as minorias também oferecem sua mensagem. A única mulher que busca um doador de esperma é, por sua vez, um caso específico: depois de prestar seus serviços de barriga de aluguel para os amigos, agora quer seu próprio filho natural, mas via inseminação. Já a mulher que se oferece para barriga de aluguel (e que “comenta” sobre os 6 filhos que estão disponíveis para adoção), exige apenas 8 mil dólares (valor baixo em relação à média) e é a única mulher que se identifica como negra entre aqueles que escreveram o anúncio na primeira pessoa, sem explicitar seu estado civil.

A maioria apresenta o preço como um item negociável. Os valores (oferecidos ou solicitados) variam de 5 a 25 mil dólares. Albert, 45 anos, divorciado, oferece 25 mil dólares a uma mãe de aluguel. Em troca, exige que a mulher seja branca, heterossexual, sem nenhum antecedente de envolvimento com drogas. Preferência para as casadas, cristãs e que contem com o apoio do marido. Além disso, exige que não haja nenhum contato após o nascimento, apenas durante a gravidez. Albert faz o seu recorte, restringindo, tanto social quanto biologicamente, as candidatas aos seus 25 mil dólares.

A preferência por mulheres casadas é marcante nos anúncios, assim como aquelas que oferecem seus serviços procuram enfatizar essa “qualidade”. Quanto mais longo o tempo do relacionamento, maior a sua “qualidade”. O mesmo pode ser observado entre os *gays* que procuram uma barriga de aluguel: parece ser essencial informar que fazem parte de um relacionamento estável e duradouro. E por que isso? Será apenas uma questão moral? Acredito que não. No caso dos *gays*, penso, essa é uma forma de apresentarem uma das condições que a sociedade exige para se “receber” uma criança: uma suposta infra-estrutura familiar, ou melhor, uma casa, um casal, um parentesco extenso e que ajude/apoie, amor, respeito, boa educação... Por sinal, essa oferta de infra-estrutura financeira e de “boa moral, bons valores e muito amor”¹⁴ (Juan/Diana, 29/06/2001) é muito comum nos anúncios. E, como bem nos lembra Schneider (1997), os *gays* são socializados e vivem na mesma sociedade em que os heterossexuais e, portanto, podem compartilhar do mesmo imaginário. Ou, sugiro, ao menos “vender” essa idéia num espaço (no caso, o *site*) predominantemente heterossexual (e nada impede que isso ocorra também no caso dos heterossexuais). Mas, quando uma mulher oferece sua barriga para gerar uma criança e o fato de ser casada favorece suas possibilidades, ou quando um homem solteiro exige uma mulher casada para receber seu sêmen e gerar seu filho, o que isso significa?

É constante, na mídia, o sensacionalismo em cima dos laços afetivos que podem ser criados entre uma mãe de aluguel e a criança que gera de um outro casal, por exemplo. Ou mesmo entre essa mulher e o homem (ou a mulher) do casal contratante. Ou entre o homem e o filho do casal de lésbicas para o qual doou seu sêmen. São inúmeras as possibilidades. E, embora a mídia superdimensiona e ressignifique esses envoltimentos, são fatos passíveis de acontecer, de formas diversas. Sugiro, apoiando-me em Donna Haraway (1997), que, uma vez

⁽¹⁴⁾ “good morals, high values and lots of love”.

concebido como possibilidade real ou assim visto (numa ultrassonografia, por exemplo), o feto/filho ganha existência e torna-se experiência para todos os participantes envolvidos no drama. Demonstrando essa preocupação, certos anúncios incluem esclarecimentos como “Eu assinarei qualquer declaração anulando a possibilidade de qualquer reivindicação sobre as crianças que nascerem da doação”¹⁵ (David, 15/02/2000) ou “entregá-lo [o bebê] a você sem pensar duas vezes”¹⁶ (Loving Surrogate, 29/06/2001).

Entre os casais heterossexuais, a família nuclear pautada em laços biológicos (e daí a preferência pelas NTRs ao invés da adoção) contemplada com noções românticas da maternidade e da filiação natural ainda são muito presentes. O filho como “o melhor presente de todos” ou a maternidade/paternidade biológica como “um sonho a ser realizado” são justificativas majoritárias nos anúncios, tanto para aqueles que buscam os serviços quanto para os que oferecem. É comum encontrarmos mulheres que já têm filhos de casamentos anteriores em busca das NTRs a fim de oferecer ao segundo marido o “privilégio” de saber o que é ser um “pai natural”. Mas esse discurso biológico e romântico também é apropriado como estratégia de *marketing*, quando várias mulheres afirmam que, depois de terem tido “a graça” de conceber seus próprios filhos, querem ajudar outras mulheres a realizarem esse sonho... por uma quantia X. De qualquer forma, o imaginário que circula pelos classificados (independentemente do uso moral ou estratégico que cada um faz dele) está pautado num modelo de família nuclear patriarcal correspondente à primeira fase do capitalismo, “acompanhada pela ideologia burguesa branca de separação entre a esfera pública e a privada”¹⁷ (HARAWAY, 2000:78). Em vários anúncios, a qualidade de ser casada é reforçada quando a mulher é uma mãe em tempo integral¹⁸ (*stay at home mother*). Heidi (28/06/2001) escreve: “Sou uma esposa em tempo integral e meu desejo é ser uma mãe em tempo integral”¹⁹. No entanto, essa “qualidade” também aparece como estratégia comercial: “Sou uma mãe em tempo integral, portanto, não

tenho despesas com creches ou obrigações de trabalho”²⁰ (M, 27/06/2001).

Entre os casais *gays*, a busca por filho revela concepções ressignificadas do modelo burguês de família patriarcal mas que, digamos, não chegam à “pós-modernidade”. Wendy, 24 anos (01/07/2001), mantém um relacionamento estável há 4 anos e, embora já tenha uma filha de seis anos, quer compartilhar uma criança com seu companheiro, demonstrando o mesmo desejo de algumas mulheres heterossexuais casadas, de compartilhar com seu companheiro um filho “natural”. Já o londrino Nikos (29/06/2001) escreve: “Sou um *gay* de 37 anos em um relacionamento por 11 anos. Tenho minha própria casa em Londres. Tenho ajudado a criar os filhos do meu parceiro, que é um pai *gay* solteiro. Tenho muito amor para dar a meu próprio filho”²¹. Embora envolvido há anos numa relação de coparentalidade com os filhos de seu companheiro, não ressignifica essa relação enquanto família e quer constituir a sua própria filiação. A lógica é a mesma de Wendy, só que ao revés, mas nesse caso, com ênfase na filiação individual e não “compartilhada”. Já o casal Tim, 35, e Ray, 40 (29/06/2001), escreve que uma criança é a única coisa que falta entre eles, discurso corrente de casais heterossexuais que sofrem com problemas de infertilidade ou esterilidade (a principal clientela heterossexual do *Surrogate Mothers*).

Nessas comercializações, a modulação²² *gay* do modelo de família exclui, por definição, aquilo que pode ser comercializado pela família heterossexual: o aluguel do corpo ou a venda das partes do corpo da mulher, negociados por elas ou pelos maridos. Na modulação lésbica, a mulher poderia estar tanto no papel de agente, de compradora do sêmen a fim de gerar seu próprio filho, ou de negociante de si mesma, sem a intervenção masculina.

Mas, além dos aspectos sociais que valorizam o corpo-produto, como o fato da mulher ser heterossexual, casada e dona-de-casa²³, o exemplo do anúncio de Albert

(15) “I will sign any declaration voiding any claim to children that are born from the donation”.

(16) “give him to you without second thoughts”.

(17) Em contraposição às famílias da terceira fase do capitalismo, chefiadas por mulheres.

(18) Também não há tradução reconhecida, em português, para este conceito.

(19) “I am a stay at home wife and my wish is to be a stay at home mom”.

(20) “I am a stay at home mom so I do not have day care or job costs”.

(21) “I am 37 gay guy in a relationship for 11 years. I own my own home in London. I have helped bring up my partners children who is a single parent gay guy. I have a lot of love to give to my own child.”

(22) Deleuze (1990b).

(23) A partir desse dado talvez possamos entender a ausência de lésbicas na amostra - ou, se presentes, seu silêncio em relação à homossexualidade.

(30/06/2001) revela, assim como outros, que fatores raciais e genéticos têm sua relação com os preços. Albert oferece 25 mil dólares para uma mãe de aluguel que, além de heterossexual, cristã, casada e que já tenha filhos, seja branca e não apresente antecedente de envolvimento com drogas. Por sua vez, Margaret (29/06/2001), casada, 2 filhos, cabelos louros, não fumante, não usuária de drogas e que afirma se exercitar fisicamente 5 vezes por semana, pede 25 mil dólares por seus óvulos. TS (28/06/2001), 2 filhos de “partos normais fáceis” (*fast vaginal deliveries*), cabelos louros avermelhados, “majoritariamente de sangue alemão, com um pouco de escocês, suíço e galês”²⁴ também exige seus 25 mil dólares pela barriga de aluguel tradicional. Enquanto isso, Helena, negra, 8 filhos (6 para adoção), estado civil não identificado, pede singelos 8 mil dólares, divididos em duas parcelas. Na mesma direção, Rob, “um profissional branco de 30 anos”²⁵ oferece de 5 a 10 mil dólares por uma barriga de aluguel ou uma adoção, e justifica: “Raça não é uma questão para mim, de jeito nenhum!”²⁶.

Parece existir, ao menos nos classificados do *Surrogate Mothers*, uma espécie de lei do comércio genético para fins reprodutivos cujos critérios já estão subentendidos e acertados *a priori*, antes mesmo do primeiro contato entre os interessados. Esses critérios, sociais, morais, raciais ou genéticos, promovem um tipo de seleção eugênica e cria estratos, patamares hierarquizados para negociação. Os preços sobem ou descem de acordo com os critérios desse tipo de comércio: se a mulher corresponde aos requisitos, pode pedir 25 mil dólares, e vão lhe oferecer esse valor; quanto menos a mulher se encaixa nos padrões “ideais”, mais o seu preço cai, e ela tem consciência disso, mas não parece ter opções.

Aliadas à questão étnica/racial, as características biológicas/genéticas ditam também a qualidade dos pedaços e partes dos/as doadores/as ou das barrigas de aluguel: aquelas descendentes de raças “priorizadas” geneticamente contra deficiências (lembramos das informações do *Cryobank*) valorizam seu corpo-produto-gene se mantiveram hábitos “saudáveis” como abstenção de álcool, fumo e drogas, prática freqüente de

exercícios físicos ou se apresentarem características genéticas privilegiadas, como um QI bastante alto ou um “cérnix competente” (*competent cervix*), como afirma Heather, 23 anos. O filme *Gattaca: uma experiência genética* remete a várias destas questões, mas o anúncio de uma anônima no *Surrogate Mothers* (acessado em 01/07/2001, postado em 28/06/2001) é ainda mais emblemático. Seguem alguns dados:

Experiente mãe de aluguel tradicional procura entrar em outro arranjo de barriga de aluguel. Estado civil: casada há 5 anos. Idade: 26. [...] Raça: des-cendente de espanhóis. [...] Dentes: perfeitamente retos e alinhados (genético). Gravidezes passadas: Três gravidezes saudáveis. Não tive problemas em engravidar nem complicações com as gravidezes. Fiquei grávida em dois meses de tentativas com meus próprios filhos. Como barriga de aluguel tradicional, engravidei na segunda inseminação. [...] Tenho memória fotográfica. Meu pai, que é engenheiro, também tinha memória fotográfica, assim como meu avô, que era matemático. [...] Genética: Não há casos de doenças ou anormalidades hereditárias na família.²⁷

Além das questões levantadas acima, inúmeras problemáticas e análises poderiam ser realizadas. Os classificados do *site Surrogate Mothers Online* constituem um material promissor para análise e entendimento dessa “nova ordem do mundo”, a qual alguns dos autores já citados procuram mostrar, ainda que sob perspectivas distintas. No entanto, para os objetivos deste trabalho, encerro aqui a amostra e os comentários dos anúncios coletados.

Reflexões sobre a questão da dominação e da fronteira natureza/cultura

Rifkin define a era do acesso como uma era de reconfiguração da natureza do comércio, “(q)uando praticamente todo o aspecto de nosso ser se torna uma atividade paga, a vida humana em si se torna o melhor

⁽²⁴⁾ “mostly German blood with some Scottish, Swiss, and Welsh”.

⁽²⁵⁾ “ a 30 year old white professional male”.

⁽²⁶⁾ “Race is not an issue to me at all!”

⁽²⁷⁾ Experienced Traditional Surrogate looking to enter into another surrogacy arrangement. Marital Status: Married 5 years. Age: 26. [...] Race: Spaniard descent. [...] Teeth: Perfectly straight and aligned (Genetic). Past Pregnancies: Three healthy pregnancies. I had no problems getting pregnant, and no complications with the pregnancies I became pregnant within two months of trying with my own children. For my traditional surrogacy I became pregnant on the 2 CD insemination. [...] I have a photographic memory. My father who is engineer, also had a photographic memory, as did my grandfather who was a mathematician. [...] Genetics: There are no known familial inheritable diseases or abnormalities.

produto comercial” (RIFKIN, 2000:92). Nessa definição mais ampla, podemos visualizar os classificados do *Surrogate Mothers*. Mas, quando Rifkin vai além na sua teoria e sugere que é o acesso, e não mais a propriedade, o cerne das relações comerciais, e que não devemos mais pensar em compradores, mas em usuários, o comércio genético das NTRs fica deslocado. Se pensarmos no *site* analisado, os usuários serão, eles mesmos, os compradores e vendedores de seu corpo ou material genético. E podemos até sugerir que um casal tenha “acesso” a uma barriga de aluguel, mas fica difícil, nesse caso, não concebermos uma negociação de óvulos ou esperma como uma relação de compra e venda ou uma transferência de propriedade marcada pela alienação. Não são apenas conceitos, idéias ou marcas em negociação, mas corpos tangíveis, movimentados na forma de pedaços e partes comercializáveis, como revela explicitamente um dos anúncios: “Adorável casal procura por doação de óvulo ou doadora de óvulo que já tenha óvulos congelados. Nós temos um embrião congelado, mas também adorariamos adicionar dois ou mais óvulos no nosso embrião” (Lynne, 30/06/2001).

Ao invés, talvez possamos situar melhor essa problemática no conceito de sociedade de controle (DELEUZE, 1990a;b). O ser uno, individual, passa a ser um indivíduo, dividível, divisível... um ciborgue. Nesse contexto, a mãe não concebe o filho com um prolongamento seu, contrariando teorias psicanalíticas. Ela é divisível, seu corpo é divisível, e suas partes (óvulo, embrião, filho) podem ser descoladas/deslocadas dela sem ameaçar sua (in)coerência psicológica. Seu corpo é híbrido, um ciborgue capaz de (re)produzir um outro geneticamente distinto.

O que está em jogo é o desejo de uns, respondido pela manifestação corporificada dessa capacidade dividível de outros, e, para isso, uma rede comercial que procura contemplar os interesses de ambas as partes, mas menos que o seu próprio. As políticas reprodutivas carregam com elas, como sugere Donna Haraway (1997), questões de cidadania, liberdade, família, nação... mas, como também bem lembra Deleuze (1990b), novas liberdades podem gerar novos confinamentos. No caso da doação de óvulos e da barriga de aluguel, o corpo da mulher passa pelo controle do marido e daqueles que acessam seus serviços “gestacionais”, em movimentos ondulatórios entre nove meses de gravidez, recuperação e negociação, e os próximos

nove meses de gravidez (pois muitas oferecem seus serviços mais de uma vez).

As mulheres que oferecem seus serviços de barriga de aluguel e vendem seus óvulos via Internet são sujeitos híbridos, obrigadas a gerenciar permanentemente as exigências de um imaginário do século XIX (a moralidade da família branca heterossexual patriarcal) com as exigências de uma sociedade de controle para que sejam individuais, ciborgues, e as exigências de um capitalismo em rede que define as leis desse comércio.

Mas essas novas práticas também oferecem a possibilidade de pensarmos nos ciborgues que somos e criamos. “O *cyborg* não reconheceria o Jardim do Éden. Assim com a natureza, assim também com a cultura” (RABINOW, 1990:92). As novas tecnologias “embarçam” as fronteiras que conhecíamos como verdadeiras: natureza/cultura, orgânico/artificial... Nesse contexto, Rabinow propõe o conceito de bio-socialidade: as transformações nas relações sociais, novas identidades e práticas, propiciadas pela operacionalização da natureza que a revolução genética favorece. Segundo Oyama, a natureza é uma construção através de um engajamento íntimo com o mundo, ou seja, nós modelamos (*design*) a natureza, à medida em que participamos e interagimos com ela. Para a autora, as fronteiras nunca existiram: “nós como *designers* da natureza e *design* da natureza, como *designers* de nossos próprios *designs* da (e na) natureza, de nossas próprias naturezas como produtos de nossas vidas na natureza e da vida da natureza em nós (OYAMA, 1990:180)²⁸.”

Donna Haraway (2000) consegue resumir, de forma extraordinária, essa discussão:

“De uma certa perspectiva, um mundo de ciborgues significa a imposição final de uma grade de controle sobre o planeta; significa a abstração final corporificada no apocalipse da Guerra nas Estrelas – uma guerra travada em nome da defesa; significa a apropriação final dos corpos das mulheres numa orgia guerreira masculina (Sofia, 1984). De uma outra perspectiva, um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias” (HARAWAY, 2000: 50-1).

⁽²⁸⁾ “ourselves as nature’s designer and as nature’s designs, as designers of our own designs of (and on) nature, of our own natures as products of our lives in nature and of the life of nature in us”.

Referências eletrônicas

Fairfax Cryobank. <<http://fairfaxcryo.com>>. Donor Screening: <http://fairfaxcryo.com/cryo/vtour/donor_screening.cfm>; Infectious Disease: <http://fairfaxcryo.com/cryo/vtour/infectious_disease.cfm>. Acesso em: 10 mar. 2000.

Moms-list. Lista de Discussão. moms@queernet.org. Acesso: mensagens diárias 1998-2001.

Surrogate Mothers Online. <<http://www.surromomsonline.com>>. Classifieds: <<http://www.surromomsonline.com/cgi-bin/ads/classifieds.cgi>>. Acesso em 02 jul 2001 e 29 fev. 2000; Survey: <<http://www.surromomsonline.com/cgi-bin/survey/survey.cgi>>. Acesso em 02 jul. 2001.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, G. Controle e Devir. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de P. P. Pelbart. Rio de Janeiro: ed. 34, 1990a, p.209-218.

_____. Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de P. P. Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1990b, p.219-226.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (org. e trad.) *Antropologia do Ciborgue: as*

vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. The Virtual Speculum in the New World Order. *Feminist Review*, n.55, p.22-72, spring 1997.

LASH, S. Informationcritique. *Centre for Cultural Studies*. Goldsmith College, London, 2000. <<http://www.goldsmiths.ac.uk/cultural-studies/htm/inform.html>>, 6p.

OYAMA, S. The Conceptualization of Nature – nature as design. In: THOMPSON, W. I. (ed.) *Gaia 2 – Emergence – The new science of becoming*. New York: Lindisfarne Press, 1991, p.171-184.

RABINOW, P. Artificialidade e Ilustração: da sociobiologia à bio-sociabilidade. *Novos Estudos Cebrap*, n.31, p.79-93, out.1991.

RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

SCHNEIDER, D. The Power of Culture: notes on some aspects of gay and lesbian kinship in America today. *Cultural Anthropology*, v.12, n.2, p.270-273, may 1997.

WITTEL, AS., LURY, C. & LASH, S. Understanding New Media: from networks of virtual objects to objects of virtual networks. Centre for Cultural Studies, *Centre for Cultural Studies*. Goldsmith College, London, 2000. <<http://www.goldsmiths.ac.uk/cultural-studies/htm/inform.html>>, 11p.

AS RELAÇÕES ENTRE NEOLIBERALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

RELATIONS BETWEEN NEOLIBERALISM AND UNDERDEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

José Alex Rego SOARES¹

RESUMO

A América Latina, na década de 1990, abriu mão da discussão de um modelo de desenvolvimento econômico que fosse capaz de interpretar e responder aos seus problemas. O pensamento crítico, que foi o grande dinamizador dessa idéia, caiu em desuso. O caminho apresentado foi o Consenso de Washington, através do qual as teses neoliberais ganharam grande aceitação nas esferas públicas e no próprio seio da sociedade civil. Os dilemas do subdesenvolvimento não foram resolvidos e hoje, mais do que nunca, faz-se necessária uma releitura das nossas condições históricas, sociais e econômicas a fim de se retomar uma análise criativa e independente dos organismos internacionais, análise esta que seja capaz de sinalizar caminhos autônomos para o desenvolvimento da América Latina.

Palavras-chave: América Latina; Desenvolvimento; Subdesenvolvimento; Economia e Sociedade.

ABSTRACT

Latin America in the 90s has renounced the discussion of a model economic development that could be capable of interpreting and answering its problems. Critical thought, the main force behind this idea, has been abandoned. The only path presented was the Washington Consensus, through which neoliberal theses had great acceptance by the public sphere and by civil society. The dilemmas of underdevelopment have not been solved and, nowadays more than ever, it is necessary to review our historical, social and economic conditions in order to bring back the idea of a creative and independent analysis of international regulating bodies, which could signal autonomous paths for Latin America's development.

Key words: Latin America; Development; Underdevelopment; Economics and Society.

⁽¹⁾ Mestre em Economia pela PUC-SP e graduado em Economia pela PUC-Campinas. Atuou como assessor da Diretoria Financeira da Cohab São Paulo (2003-2004) e coordenador de Participação Popular na cidade de São Paulo (2004). Atualmente é docente da Faculdade de Ciências Econômicas da PUC-Campinas. E-mail: jalex@puc-campinas.edu.br

Introdução

A América Latina é um caso particular de processo de inserção dentro do modo de produção capitalista mundial. Contudo, suas características muito particulares não foram levadas em conta por boa parte de nossa elite na década de 1990, assimilando desta forma o receituário denominado por John Williamson de Consenso de Washington², devidamente vendido como a solução para a inserção das economias periféricas no Primeiro Mundo. Estabeleceram caminhos que eram ou são simples adaptações de modelos pensados nos países centrais como verdadeiras receitas para o sucesso.

A busca para o desenvolvimento latino americano não vai ser consumada por uma lógica de adaptações de modelo, segundo a qual a dependência e o subdesenvolvimento seriam um reflexo dessa adaptação, com isso abrindo mão de um caminho autônomo de construção de nossa própria identidade nacional.

“O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estágios. (...) Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônoma. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia à experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento” (FURTADO, 2000:261-262).

Portanto, buscar uma forma autônoma passa por uma leitura de nossas próprias condições sociais, econômicas, históricas e culturais, ou seja, uma leitura própria das particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina sem perder de vista como se deu seu processo de inserção no sistema capitalista mundial de produção de mercadorias.

Nessa perspectiva, o entendimento dessas questões é essencial para encontrarmos respostas satisfatórias a fim de entender o atual estágio de subdesenvolvimento latino americano, como um todo, mas sem perder de vista

as condições particulares de cada país. Entender o subdesenvolvimento³ econômico é entender, antes de mais nada, a estrutura histórica na qual está inserida a América Latina, a fim de buscarmos um caminho latino, caminho esse que seja capaz de dar conta das diferenças e particularidades do país, que não reproduza os padrões de consumo e de acumulação dos países centrais, o que não é uma tarefa apenas para os economistas ou sociólogos independentemente, mas deveria ser um esforço conjunto dessas ciências, em especial a ciência econômica, que precisa mais do que nunca resgatar as suas relações biunívocas com os outros ramos das ciências sociais.

Raúl Prebisch destaca:

“(...) estou tratando de interpretar o desenvolvimento periférico como um complexo fenômeno de caráter dinâmico que abarca elementos técnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Tudo isso ultrapassa o âmbito da teoria econômica, com que me exponho à indiferença dos economistas e à inconformidade dos sociólogos. Mas é preciso fazê-lo.” (PREBISCH apud SAMPAIO, 1999: 87)

O economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950) corrobora com essa idéia, onde destaca que:

“O processo social, na realidade, é um todo indivisível. [...] Um fato social nunca é puro ou exclusivamente econômico; sempre existem outros aspectos em geral mais importantes” (SCHUMPETER, 1982:09).

Buscar entender a nossa realidade é buscar entender um conjunto de variáveis que são extremamente complexas e, portanto, entender a nossa condição de continente subdesenvolvido é entender não apenas de algumas regras econômicas, pois essas são insuficientes para responder ao difícil caminho da integração latino americana, como também resgatar uma parcela importante do povo latino que sempre esteve à margem do processo de criação de riqueza.

1. A América Latina

O termo América Latina foi primeiramente estabelecido pelo Francês Michel Chevalier (1806-1879),

⁽²⁾ A expressão “Consenso de Washington” foi cunhada pelo economista inglês John Williamson, em uma conferência do Institute for International Economics, em Washington, 1989.

⁽³⁾ Como realça o próprio Celso Furtado: “O subdesenvolvimento é, portanto um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 2000: 253).

em 1839, com a intenção de designar a raça latina e o foco de destacar o que seria comum entre os que falam francês, espanhol, português e italiano, diferenciando-os dos outros grupos sociais, e só posteriormente se consolidou como uma expressão geral territorial.

Com uma população de 549 milhões de habitantes, segundo dados do próprio Banco Mundial (2004), a América Latina corresponde a aproximadamente 12,5% de toda população mundial, com uma superfície de mais de vinte milhões de quilômetros quadrados divididos em trinta e três países. Estende-se da fronteira mexicana com os E.U.A, no seu ponto mais ao Norte, até a Terra do Fogo ao Sul, sendo banhada pelos Oceanos Atlântico na sua costa leste e Pacífico na oeste.

A América Latina tem um PIB total de mais US\$ 2 bilhões de dólares, perfazendo uma renda per capita de US\$ 3.681,9 dólares, que acaba não representando de forma efetiva a riqueza de seus recursos minerais (petróleo, cobre, minério de ferro, madeiras, ouro etc).

Apesar dessa primeira tentativa de buscar uma identidade comum entre os povos de língua “latina”, o termo foi por muito tempo expresso de maneira pejorativa pelos habitantes acima do Rio Grande⁴, porém, graças ao trabalho árduo e pioneiro de muitos homens, sobretudo daqueles que buscaram nas ciências sociais, e em especial na área econômica, explicações bem mais ousadas e criativas foram elaboradas acerca do que venha ser a América Latina.

Dentro dessa busca por desvendar a América Latina no contexto econômico, temos que destacar autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, José Medina Echavarría, Regino Botti, Jorge Ahumada, Juan Noyola Vasquez, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, entre outros. A expressão “latino americana” deixa de ser mais do que algo exótico ou uma simples definição geográfica para se tornar, em 1948, uma realidade histórica, em contraposição às opiniões dos Estados Unidos. O fato fundador dessa ruptura é a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), instalada em Santiago do Chile, diferentemente dos demais órgãos pan-americanos sediados em Washington.

A criação da CEPAL busca construir uma interpretação autêntica acerca do desenvolvimento econômico e social latino-americano, uma interpretação teórica que é fruto da própria realidade regional, que por sua vez está inserida dentro do modo de produção capitalista que interage com praticamente todas as regiões do planeta, inaugurando, desta feita, o enfoque histórico – estruturalista⁵. Constrói-se, portanto, um método particular de analisar o desenvolvimento econômico latino americano a partir de um mundo em constante ebulição econômica, cultural e social, mas que tem suas características e sua própria formação autóctone, que não tem nada de exótico ou pejorativo, mas que é, por si só, fruto das condições históricas de cada região, de cada país, de cada povo.

Para se entender o desenvolvimento, ou melhor, o subdesenvolvimento capitalista na região é mais do que necessário entender a própria dinâmica de desenvolvimento econômico da região, sua relação com os grandes centros econômicos mundiais e seus reflexos na economia e política. Ou seja, como a América Latina se coloca dentro da economia mundial, uma economia dependente e inserida no sistema de divisão internacional do trabalho.

A busca dessa interpretação própria, desvinculada das explicações fáceis geradas no mundo exterior foi mais do que um ato de valentia e perseverança intelectual, revelou-se como um rompimento histórico com o senso comum que impregnava a nossa elite latino americana, ou, como escreveu Mariatégui (1894-1930), os “crioulos”⁶. Portanto, construir algo novo que não fosse copiado ou importado diretamente dos centros dinâmicos da economia capitalista, sem nenhuma intermediação muito comum até então para explicar o desenvolvimento latino americano, era condição *sine qua non* para se abrir um ciclo de industrialização e crescimento da América Latina.

De 1948, ano da criação da CEPAL, até o início da década 1970, o pensamento cepalino buscou responder e justificar as ações na América Latina e de uma maneira geral foi bem sucedido, houve um intenso processo de industrialização promovido pelo programa de industrialização por substituição de importações (ISI). A base econômica se transformou, saindo de uma economia primária exportadora para uma economia que se

⁴ Cano (2000) destaca que hoje o que entendemos como México é menos da metade do que possuía em 1836, quando os EUA tomaram o Texas e, em 1847-1848, as áreas que hoje representam os atuais Estados da Califórnia, Nevada, Wyoming, Utah, Colorado, Arizona e Novo México.

⁵ Bielschowsky define desta maneira: “Em outras palavras, o enfoque histórico-estruturalista cepalino abriga um método de produção de conhecimento profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os abstrato-dedutivos tradicionais” (Bielschowsky, 2000:p 21).

⁶ Brancos filhos de espanhóis nascidos na colônia.

industrializava de forma restringida e, dessa maneira sua base econômica ficou mais complexa.

O esgotamento do modelo keynesiano nos países centrais e a crise da dívida externa, que atingiu os países latino americanos no final dos anos de 1970 e começo de 1980, colocaram por terra o modelo de ISI.

A década de 1980 foi para América Latina um período de incertezas a respeito dos caminhos a serem seguidos, um período de indefinições profundas, até em função dos resultados gerados pela crise, inflação e dívida externa.

2. A América Latina e a década de 90

Os anos 90 chegaram com uma nova abordagem acerca dos problemas que assolaram a América Latina, uma abordagem liberal, ou melhor, neoliberal, quando o vácuo da crise do modelo de ISI foi ocupado pelas teses neoliberais. Nesse momento surgiram as teses do consenso de Washington que orientaram a atuação dos Estados latino-americanos, no sentido de buscar ajustes fiscais e reformas orientadas para o mercado.

A década de 90 é a década do desmonte das políticas de Estado, década dos economistas liberais, de uma ortodoxia pautada na solução que se apresenta via abertura dos mercados, privatizações, redução dos gastos em empregos públicos, uma lógica exclusivista de mercado, varrendo todo o continente latino americano, não sobrando muito espaço para as teses calcadas na análise histórica – estruturalista, ou mesmo de uma interpretação de cunho mais nacional.

Os governantes latino-americanos dos mais diversos perfis (Menem na Argentina, Fujimori no Peru, Aylwin e Frei no Chile, Salinas no México, FHC no Brasil), todos com um único discurso, levar os seus receptivos países para a modernidade que os países capitalistas centrais poderiam oferecer. Como um primeiro objetivo, desarticular o Estado em suas funções de agente anti-cíclico, de dinamizador da economia, ou seja, a análise das necessidades e possibilidades de ação estatal de suprir o hiato “do crescimento e do progresso técnico, e das relações entre estes, o emprego e a distribuição de renda”⁷⁾, transferindo todas as funções, tudo que possível, para as mãos do mercado. Essa política trouxe uma onda de privatizações e um processo de desregulamentação sem precedentes na história latina americana.

É preciso estudar a economia Latino Americana a fim de se interar do seu comportamento – como ela se adequou nesse período de ajuste liberal nos anos 90 e como essas economias, cada uma com suas particularidades, se comportou frente às crises do final dos anos 90 e começo dos 2000. E quais as alternativas que se buscou para se enfrentar os problemas que não são novos e nem foram equacionados pelas políticas liberais na década de 1990, como o seu subdesenvolvimento, o desemprego estrutural, o atraso tecnológico, a alta taxa de concentração de renda e o analfabetismo.

Parece que mais uma vez as políticas oriundas dos centros hegemônicos não foram capazes de decifrar os problemas que são muito particulares da própria realidade latino americana. Resumir o desenvolvimento como simples expansão das ofertas de mercadorias ou das próprias forças produtivas, esquecendo que este é um processo político de propagação da riqueza socialmente criada, é uma tarefa muito mais complicada do que podemos encontrar no receituário do Consenso de Washington, com suas dez recomendações básicas, a saber:

- a) Disciplina Fiscal: controle rígido dos gastos públicos, a fim de conter a inflação;
- b) Reordenamento do gasto público: corte em subsídios, priorizando políticas de focalização ao invés de políticas universais;
- c) Reforma tributária: buscava desonerar o custo do capital, flexibilizando em especial o mercado de trabalho;
- d) Liberalização das taxas de juros: visa com isso estabelecer dar condições de plena liberdade de flutuação das taxas pelo mercado;
- e) Taxa de câmbio competitiva: Uma forma encontrada para evitar o artificialismo na cotação da moeda;
- f) Abertura da economia: Tinha como foco criar um choque de competitividade nos produtores nacionais, extremamente protegidos por excesso de tarifas e câmbio desajustado;
- g) Liberalização do investimento externo direto: garantir com isso a livre mobilidade de recursos financeiros;
- h) Privatizações: diminuição do peso de Estado na economia, facilitando assim inversões as capitais internacionais em setores até estratégicos;

⁷⁾ Bielschowsky (2000:17).

- i) Desregulamentação: desburocratização para facilidade de ação do capital;
- j) Direitos de propriedades. Garantir ao capital o direito de posse.

Essas recomendações seriam a porta de entrada para um novo mundo, mundo esse que estava ali, que bastasse seguir os passos apresentados, como num livro de receita de culinária, onde teríamos o produto final divino.

Essas teses foram universalizadas no sentido econômico: a partir do centro se estabeleceu uma interpretação analítica de que as reformas liberais eram as necessárias para se superar o etapismo do subdesenvolvimento, ou seja, através das reformas gerais o subdesenvolvimento se constituiria como uma etapa do processo de formação do capitalismo.

O conceito de desenvolvimento econômico nos anos 90 foi rebaixado pelos tecnocratas do Consenso de Washington a mero ajuste das relações de mercado, onde tudo se resolveria através da providencial mão invisível.

Baran destaca bem:

“ [...] o desenvolvimento econômico sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante da produção e, da distribuição e do consumo. O desenvolvimento econômico sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do status quo, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social existente, das instituições e costumes predominantes. O desenvolvimento econômico sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e ganhou terreno novo – nunca foi um processo suave e harmonioso se desdobrando, placidamente, ao longo do tempo e do espaço” (BARAN, 1985: 37).

Ou seja, as políticas neoliberais foram anti-desenvolvimentistas para a América Latina, já que sinalizavam que não estavam interessadas em mexer de fato no núcleo central do problema latino americano, que é basicamente o binômio produção – distribuição de riqueza.

As políticas neoliberais fogem do diagnóstico central do desenvolvimento, ou seja, entender o desenvolvimento econômico é entender a estrutura histórica na qual está inserida o objeto de estudo – a sociedade latino americana. Isso não quer dizer que essa análise se encaixe no princípio “positivo” da ciência econômica ou meramente historicista, já que o entendimento da estrutura histórica precisa estar respaldado por princípios normativos, ou seja, por uma teoria econômica que seja capaz de elucidar os acontecimentos que são responsáveis pelo nosso subdesenvolvimento, entender sua condição histórica, portanto algo não etapista ou simplista como as “receitas” do Consenso que não conseguem enxergar as diferenças do continente latino americano.

As políticas neoliberais nos anos 90 mostraram um caminho inverso do que foi trilhado no pós-guerra, com a formação de um pensamento autônomo e crítico, via CEPAL, frente aos conselhos dos países centrais. A América Latina se viu presa a um modelo político e ideológico que sedimentou um padrão de organização das forças produtivas locais extremamente nefasto, isto é, não foi permitido mais caminhar por caminhos próprios, num contexto em que tudo aquilo que buscamos adquirir de experiência dentro do modelo de Industrialização por Substituição de Importação foi demonizado⁸, pior que isso, o pensamento crítico fica totalmente fragilizado frente às explicações apresentadas pelos manuais de macroeconomia, rebaixando assim os limites materiais da economia latino-americana a justas das taxas de juros ou do câmbio. As necessidades de mudanças estruturais que deveriam nortear as políticas econômicas, se resumem à política dos ajustes de mercados (câmbio, trabalho, etc), enfraquecendo qualquer tentativa de se superar os dilemas do subdesenvolvimento, desigualdade do progresso técnico entre centro e periferia, concentração de renda e heterogeneidade estrutural.

A crítica ao modelo neoliberal deve ser apresentada de modo a reverter acumulação em serviço da sociedade, e não a sociedade à serviço da acumulação de capital.

A herança apresentada foi um caminho inverso, o da especialização nas áreas do agronegócio, fornecedores de matérias-primas e alguns produtos industrializados que têm alto custo de fabricação nos países centrais – agora

⁽⁸⁾ É certo que não podemos nos afastar da crítica do processo de substituição por importação como algo que se resume num fim em si próprio, ou ainda de que o modelo ISI era sinônimo de “desenvolvimento recuperador”, dadas as possibilidades de inserção no capitalismo global. A crítica ao modelo ISI é justamente a crítica feita a partir da ótica do caráter do subdesenvolvimento como condição *sui generis*, ou seja, a condição que o capitalismo assume na periferia da economia mundial.

não apenas para os chamados países desenvolvidos ou G8, mas também para um nova geração de países que busca seu espaço no mundo globalizado (China, Índia, Rússia), os BRICs, esse conjunto de novos países que se lançam no caminho da disputa da hegemonia como os velhos países imperialistas⁹.

Os anos 90 ficaram marcados na história pelo abandono definitivo em relação a um projeto nacional para o conjunto da América Latina, respeitando suas heranças e costumes sem renegar o passado, ou seja, de um projeto de desenvolvimento que seja “*capaz de promover a integração regional, como forma de organização do espaço econômico*” (FURTADO, 1986:316), de alicerçar uma base material, ecológica e cultural própria sem nenhum precedente com o atual modelo dos países centrais ou mesmo ainda de países como China.

3. A América Latina no século XXI e a necessidade de reencontrar uma análise própria de sua situação dentro capitalismo mundial

Volto a chamar atenção para o fato de que o modelo ISI¹⁰ não era, por si próprio, o caminho mais correto ou da superação dos nossos dilemas históricos como países em eterno desenvolvimento, sendo, portanto, parte de um processo das próprias condições objetivas criadas nos países centrais e aprofundadas posteriormente.

O aprofundamento das teses neoliberais e o respaldo que estas tiveram no seio da sociedade levaram a outras questões-chaves para interpretações das condições sociais e, portanto, atribuíram ao mercado o papel de mediador de problemas, os quais, porém, têm caráter estrutural e não apenas de oferta e demanda.

O excedente de mão-de-obra torna-se um problema extra – econômico desvinculado dos determinantes do desenvolvimento econômico. A pobreza é apresentada mais como uma questão de oportunidades do que resultado de conflitos distributivos.

Logo, os fatos sociais são concebidos como anomalias extra econômicas capazes de serem resolvidas com bom desempenho dos índices de crescimento do PIB, mas não aumentam adequadamente a qualidade de vida da maioria dos cidadãos.

Contudo, nesse momento, a dependência da América Latina muda de caráter dentro desse cenário cada vez maior de integração das economias mundiais. Não é mais apenas uma dependência econômica ou de um aprofundamento da divisão internacional do trabalho, ou ainda de uma relação clássica centro/periferia.

A periferia não é mais apenas espacial, mas é determinada por uma série de condições que envolvem as mais diversas situações. Todo o processo de integração é muito mais sofisticado e ao mesmo tempo traz uma série de novas condições bem como de novos questionamentos: qual é o modelo que se coloca para o continente e qual o mecanismo de respostas frente às possíveis crises que podem surgir no horizonte?

Nenhuma resposta para essas questões, praticamente, pode ser encontrada isoladamente dentro dos Estados latino americanos, já que não é apenas uma questão de adaptação, de abrir mão de um núcleo endógeno de crescimento, o que já foi retratado no passado. Partimos do pressuposto de que hoje temos uma nova forma de organização que foge por completo às diretrizes econômicas, políticas e sociais, uma vez que praticamente tudo passa a ser discutido em vários outros espaços que transcendem os limites nacionais.

Esse paradoxo está colocado mais do que nunca hoje: os problemas característicos do subdesenvolvimento devem ser entendidos e resolvidos a partir de um olhar local, de interpretações de cunho regional, mas sem perder de vista as relações mais amplas colocadas pelo processo de integração internacional praticado pelo capitalismo do século XXI, num contexto econômico e político que transcende os limites nacionais.

Faz-se urgente então buscar entender qual será o caminho a ser percorrido pela América Latina, se esta será capaz de responder de maneira criativa e independente.

Entender o período recente do desenvolvimento econômico da América Latina, ou seja, seu papel dentro de uma possível nova divisão internacional do trabalho é buscar compreender o padrão de inserção das economias latino americanas nesse contexto internacional, as economias periféricas dentro do próprio padrão de desenvolvimento capitalista atual e como se estabelece o mecanismo de acumulação capitalista nas economias latino americanas, em especial nesses últimos vinte anos.

⁽⁹⁾ O Brasil é o B dos BRICs, porém sua condição de e consolidar entre os grandes num futuro próximo parece cada vez mais distante.

⁽¹⁰⁾ A bibliografia que faz essa análise é por demais extensa e já deu conta dessa crítica. Para maiores detalhes, ver TAVARES (2000) e PINTO (2000).

Não podemos ficar apenas na denúncia *strictu sensu* contra as políticas neoliberais, como já foi dito logo acima: houve mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais da América-Latina e sem termos um diagnóstico preciso dessas mudanças no seio da sociedade, não temos como trilhar um caminho próprio. Aníbal Pinto aponta para uma direção de análise ao se estabelecer um diagnóstico. Portanto,

“el diagnóstico-identificación [...], como se sabe, tiene por objeto la ‘identificación’ y comprensión de los ‘modelos’ de la economía o sociedad latinoamericana, actual o de otras etapas significativas. Persigue descubrir y revelar sus características básicas, sus relaciones internas y externas de orden estructural también su forma y mecanismo de ‘funcionamiento’” (PINTO, 1971: 10).

Seria um exercício importante para tentar entender os limites do desenvolvimento capitalista na região, depois da onda neoliberal dos anos 90, resgatando um método de análise mais em sintonia com a nossa realidade, capaz de

“evidenciar el origen de los problemas o males que se delatan y, por necesaria derivación, apuntar hacia la forma, medios o alternativas para hacerles frente y resolverlos. A las políticas de desarrollo compete definir esos caminos. Y a la política, así a secas, resolver cuáles son eficaces y viables.

Naturalmente, la secuencia y los resultados de este proceso dependerán tanto de la certeza de la identificación y de la elección de medios y fines como de circunstancias ‘dadas’ y coyunturales, internas y externas, que estarán em grados muy variables bajo e control de los promotores de la acción - sin olvidar, por cierto, la eventual influencia de los mismos sobre las circunstancias existentes o que van creando” (PINTO, 1971: 10, 11)

O continente latino americano é uma peça importante dentro do cenário econômico mundial, apesar de muitas vezes sermos levados por um sentimento de pouca valia. Entender a inserção no atual estágio de divisão internacional do trabalho e seu comportamento nesse começo de século XXI é buscar, sim, como já foi feito por outros estudiosos, trilhar um caminho próprio para América Latina, olhar o continente com os olhos de quem é próprio dele, buscar uma identidade e um modelo que sejam

capazes de explicar sua própria realidade de dentro para fora, de dar explicações criativas para a sua inserção dentro da divisão internacional do trabalho e de oferecer respostas ao imenso abismo econômico e social que caracteriza nosso continente. Essas são tarefas para o próximo período daqueles que entendem que as políticas neoliberais são um atraso para continente.

Referências Bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. *En el umbral del siglo XXI. Informe sobre el desarrollo mundial*. Washington, DC, 2004.
- BARAN, P. A. *A economia política do desenvolvimento*. Tradução de S. F. Cunha. São Paulo: Nova Cultura, 1986 (Os Economistas).
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. BIELSCHOWSKY, R. (org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CADERNOS ADENUER, v. IV; n. 2: Reformas das Políticas Econômicas: experiências e alternativas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho 2003.
- CANO, W. *Soberania Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*. 9a. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. *A Economia Latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 3a.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos*. Pensamento crítico, v.4. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- PINTO, A. *Tres ensayos sobre Chile y américa latina*. Buenos Aires: Ediciones Solar para Edición Castellana, 1971.
- _____. *Distribuição de Renda na América Latina e Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PINTO, A. *Natureza e Implicações da "Heterogeneidade Estrutural" da América Latina*. BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Volume II, Rio de Janeiro: Record, 2000.

PREBISCH, R. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cin-quenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAMPAIO JR; P. A. *Entre a Nação e a Barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Tradução de M. S. Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Volume I, Rio de Janeiro: Record, 2000.

WILLIAMSON, J. What sold the World Bank about the Washington Consensus. *World Bank Research Observer*, Washington DC, v. 15, 251-64, aug. 2000.

A ESCOLHA DE CANDIDATOS POLÍTICOS PELA COMUNIDADE GLBTT: UMA BREVE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA¹

THE CHOOSING OF POLITICAL CANDIDATES BY THE GLBTT COMMUNITY: A BRIEF RESEARCH ON PUBLIC OPINION

Altair José FORTUNATO²

Carolina Costa de OLIVEIRA³

Débora de Oliveira MÓZ⁴

Marialba Rita MARETTI⁵

Sônia Regina da Cal Seixas BARBOSA⁶

RESUMO

O artigo se propõe a iniciar uma discussão pouco explorada nas pesquisas, inclusive acadêmicas, acerca dos critérios utilizados pela comunidade GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) na escolha de seus candidatos em períodos eleitorais. O objetivo era identificar se os membros da comunidade em questão, no momento de escolha de seus candidatos, valiam-se mais de seus planos de governo ou da imagem desses vinculada à comunidade GLBTT. O resultado do questionário aplicado revela que, para esse público, as propostas de governo ainda são mais importantes que a participação desses candidatos no movimento.

Palavras-chave: Diversidade Sexual; Processo Eleitoral; Opinião Pública.

ABSTRACT

The article intends to initiate a discussion on a subject which is not quite explored by researches, including in the Academe, concerning the criteria used by the GLBTT (Gays, Lesbians, Bisexuals, Travestites and Transsexuals) community on choosing their candidates in electoral periods. The objective was to identify if members of this mentioned community, at the moment of choosing their

⁽¹⁾ Pesquisa realizada como requisito da disciplina de Estudos de Opinião Pública, Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com os alunos do 8º semestre de 2006.

⁽²⁾ Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. *E-mail:* altair_fortunato@hotmail.com

⁽³⁾ Graduada em Ciências em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

E-mail: carolinacostadeoliveira@yahoo.com.br

⁽⁴⁾ Professora de Sociologia no Ensino Médio de São Paulo, graduada em Ciências em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. *E-mail:* debora.moz@gmail.com

⁽⁵⁾ Produtora Cultural, graduada em Ciências em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. *E-mail:* marialbamaretti@gmail.com

⁽⁶⁾ Doutora em Ciências Sociais, UNICAMP. Professora da Faculdade de Ciências Sociais, PUC-Campinas; docente da disciplina Estudos de Opinião Pública (FCS-PUC-Campinas). *E-mail:* soniaseixas@puc-campinas.edu.br

candidates, valorize their plans of government or their image attached to the GLBTT community. The result of the applied questionnaire discloses that, for this public, political proposals are still more important than the participation of these candidates in the movement.

Key words: *Sexual Diversity; Electoral Process; Public opinion.*

1. Introdução

Em período eleitoral é grande o número de pesquisas que procuram traçar a intenção de voto dos eleitores brasileiros. Em sua grande maioria, tais pesquisas buscam contemplar um grupo heterogêneo, ou seja, de diferentes idades, gênero, regiões e classe social. Valendo-se do processo eleitoral de 2006, a disciplina de Estudos de Opinião Pública, ministrada pela Profa. Dra. Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa e oferecida aos alunos do último semestre do curso de graduação em Ciências Sociais da PUC-Campinas, propôs o desenvolvimento de projetos que, através da utilização da pesquisa de opinião, permitisse traçar perfis do eleitorado brasileiro.

Baseado no objetivo proposto pela disciplina, o grupo optou por trabalhar com a idéia de grupos sociais, mais especificamente a comunidade GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), já que, além de haver um interesse do grupo pelas questões envolvendo a homossexualidade, observamos pouca produção de pesquisas, inclusive acadêmicas, envolvendo essa comunidade, e uma lacuna no que se refere aos critérios utilizados pela comunidade GLBTT na escolha de seus candidatos. Constatamos essa deficiência na Revista de Opinião Pública, publicada pelo Centro de Opinião Pública (CESOP) – centro ligado diretamente à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – assim como no site do Sistema de Publicações Científicas (SCIELO) e no próprio Edital de 2004 da ANPOCS⁷ (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), que aponta uma lacuna, tanto de material como de conhecimento dos direitos sociais na questão de gênero, principalmente no que se refere à comunidade GLBTT.

A hipótese norteadora dessa pesquisa foi a de constatar, a partir da pesquisa empírica, se a idéia baseada no senso comum de que os membros da comunidade GLBTT, no momento de escolha de seus candidatos, orientam-se mais pela imagem apresentada por esses, ou seja, de verificar se essa é de fato verdadeira ou não. Dessa forma, utilizamos uma das metodologias de pesquisa proposta pelas Ciências Sociais, a pesquisa quantitativa, para verificar se a impressão que parte da sociedade faz da

comunidade GLBTT é uma pré-conceituação ou se tem veracidade científica. Mas tendo por referência a construção e interpretação dos conhecimentos observados e coletados para uma análise qualitativa.

Os eleitores fazem uso de três estratégias no momento de escolher em qual(is) candidato(s) irão votar de acordo com Elizabet Balbachevsky e Denilde O. Holzacker (2004). O primeiro refere-se à identidade e/ou identificação com a imagem do candidato; a segunda é a crença no potencial de oposição do candidato; e a terceira baseia-se na capacidade administrativa do(s) candidato(s).

Será que o grupo pesquisado se enquadra em alguma dessas estratégias? Qual?

Para a realização deste trabalho foram entrevistados quarenta (40) sujeitos frequentadores de um espaço público no centro de Campinas, tido como um espaço dos GLBTT's.

2. Conceito de Opinião Pública

2.1 Histórico da Opinião Pública

A pesquisa de opinião pública tende a ser essencialmente interdisciplinar, segundo Monique Augras (1978) e Sidinéia G. Freitas (1984), por abarcar diversos ensinamentos como a ciência política, a psicologia social, a sociologia, entre outras. Esse tipo pesquisa também é utilizado como instrumento tanto nas Ciências Sociais como nas Relações Públicas.

De acordo com Freitas (1984) e Patrick Champagne (1996), o conceito de opinião pública vem se transformando através dos tempos. Augras (1978) aponta que desde a Grécia, na *ágora*, os cidadãos já expressavam suas opiniões, as quais orientavam a tomada de decisões pelo governo ateniense. Em Roma, o mesmo acontecia, através da *Vox Populi*. Já na Idade Média, na Europa, havia o *Consensus Omminium*, porém este somente expressava opiniões coesas com a fé cristã. Esta homogeneidade de opinião, juntamente com a repressão às opiniões que contrariavam a fé cristã, chega ao fim no Renascimento,

⁷) Edital de 2004 – Sexualidade e Ciências Sociais – <http://www.anpocs.org.br>.

quando se tem o advento do indivíduo e da diversidade de opinião.

Augras ainda alerta para a manipulação da opinião pública em favor de interesses políticos próprios:

A opinião pública é, declaradamente, uma alavanca na mão do demagogo. Daí em diante, aparecerá sob um duplo aspecto: expressão genuína da vontade do povo e meio de manipulação desse povo. (Augras, 1978:14)

Freitas (1984) afirma que no século XIX, com a Revolução Industrial e o surgimento da imprensa, as reivindicações deixaram de representar apenas os interesses de um grupo dominante, abrangendo caráter não só político, mas também social e econômico.

Desta forma, a proliferação das técnicas de manipulação da opinião chega com o século XX, juntamente com as democracias modernas e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, quando a opinião torna-se um tribunal de avaliação dos atos governamentais. Percebe-se, portanto que, ao longo da história, a opinião pública se torna um instrumento forte e de maior expressão na medida em que os meios de informação e comunicação se desenvolvem. (Augras, 1978).

2.2 Definição de Opinião Pública

Ao pesquisador interessa saber o que é a opinião pública, buscando suas fontes não em como o termo é utilizado no senso comum e por grande parte dos representantes políticos, mas sim em como os autores e pesquisadores de diversas áreas definem este termo.

A opinião pública para Augras (1978) é consciente, expressa um juízo, que tende a afirmar-se e sempre se situa no plano emocional; carrega em si mesma uma intenção de racionalidade, objetividade e pretende justificar-se. É um fenômeno social, existindo “*apenas em relação a um grupo, é um dos modos de expressão desse grupo e difunde-se utilizando as redes de comunicação do grupo*” (p.16).

No que se refere à questão da opinião pública ser formada a partir do grupo, Freitas (1984) afirma que

De fato, a opinião tem sua origem nos grupos, mas só assim não caracterizaremos a opinião pública,

porque esses grupos transformam-se em públicos quando se organizam em torno das controvérsias, com ou sem contigüidade espacial, discutem, informam-se, refletem, criticam e procuram uma **atitude comum**.(Freitas, 1984:178)

Para Freitas (1984) a opinião pública é definida como estando diretamente ligada a um fenômeno social que poderá ou não ter caráter político; é mais que uma simples soma de opiniões. A opinião pública de um indivíduo pode ser influenciada tanto pelo sistema social do país quanto da comunidade e pelos veículos de comunicação de massa. Não pode ser confundida com a vontade popular já que está relacionada com sentimentos individuais e não é estática, está sempre em transformação – é dinâmica.

Nesse sentido, as duas autoras concordam no que se refere aos fatores que influenciam a formação das opiniões públicas.

São diversas as influências, como: as psicológicas – que se referem ao sistema de crenças e ideologias do indivíduo; as coletivas, onde encontramos a idéia de estereótipos⁸ – que criados na sociedade de massa apresentam algumas características que auxiliam sobremaneira a formação da opinião pública; as sociológicas; os fatores econômicos; os ecológicos e grupais (de raça, étnica ou sexual), e fatores históricos – que podem ser consideradas como elementares para a formação das atitudes e opiniões. Freitas (1984) ainda inclui mais um fator: os veículos de comunicação de massa.

2.3 Opinião Pública e os Candidatos Políticos

Para Marta Martins (1999) a subjetividade desencadeia a formação da opinião pública,

As emoções de indivíduos isolados levam-nos a observar ou apreciar determinados fatos decorridos no seu ambiente, pois, quando agrupados, suas emoções transformam-se em *sentimento coletivo*, o qual expressa a forma de percepção de um grupo sobre um assunto, podendo estar presente na multidão, massa e no público.⁹

A autora ainda demonstra como grandes institutos de pesquisa realizam pesquisas utilizando avançadas tecnologias, através das quais são registrados os vários

⁽⁸⁾ Ver mais em: FREITAS, Sidinéia Gomes. Formação e Desenvolvimento da Opinião Pública, In: Comunicarte, Campinas, v. 2, n. 4, p. 177-184, segundo semestre 1984.

⁽⁹⁾ Artigo publicado em 7 de novembro de 1999 no site: www.portal-rp.com.br.

sentimentos individuais em relação às imagens e sons acerca de um tema previamente selecionado e apresentado. O registro é realizado por meio de um controle conectado ao computador, o qual registra os impulsos num gráfico. Os resultados colhidos revelarão o sentimento coletivo.

Todo este esforço visa respaldar os profissionais de marketing político na definição das estratégias de campanha para o cliente-candidato, de modo a prognosticar propostas mais condizentes com a expectativa do público eleitor, no que tange aos assuntos públicos. Tal prática comprova a forte influência do subjetivo na capacidade reflexiva da sociedade moderna, a qual busca combinar a manifestação de seus sentimentos com o referencial de informação obtido por meio dos veículos de comunicação, não mais se permitindo ser persuadida por discursos vazios.¹⁰

Segundo Martins (1999), baseados nos dados colhidos pelos institutos de pesquisa, os políticos, juntamente com seus assessores, escrevem discursos com o objetivo de convencer a opinião do público de suas boas intenções e propostas administrativas.

Conforme Champagne (1996), o jogo político gira em torno da opinião pública. Por isto, a luta política tende a ser reduzida cada vez mais a uma batalha para conquistar a opinião, utilizando-se de formas aparentemente científicas e indiscutíveis pelos institutos de pesquisa. Os candidatos e/ou políticos travam entre si lutas simbólicas por meio dos debates políticos, onde cada um tenta dar a última palavra a fim de conquistar a opinião pública.

Além da diversidade de objetos concretos, essas pesquisas mostram, de forma convergente, que a política é, antes de tudo, uma luta simbólica na qual cada ator político procura monopolizar a palavra pública ou, pelo menos fazer triunfar sua visão do mundo e impô-la como visão correta ou verdadeira. (Champagne, 1996:23).

Ao mesmo tempo em que os institutos de pesquisas travam verdadeiras batalhas para que os políticos-clientes conquistem a opinião pública, como apresentado por Martins (1999), pesquisas científicas surgem para analisar o processo de representação e o trabalho político que estes implicam.

A lógica do trabalho coletivo que é a da pesquisa científica permite, simultaneamente, um controle

científico alargado e uma acumulação real de resultados e análises; assim, as pesquisas podem se reforçar umas às outras. (Champagne, 1996:22).

Champagne (1996) demonstra que os institutos de pesquisas, com seus especialistas, tentam disseminar suas pesquisas de modo que a própria opinião pública seja redutível aos seus estudos. Assim, a opinião pública não passa de um encontro do político tradicional e a sondagem realizada pelos institutos.

Desta forma, a luta simbólica travada entre os políticos, os institutos de pesquisa e até mesmo os jornalistas, ou seja, os meios de comunicação de massa procuram manipular a opinião pública.

3. O Caminho da Pesquisa

O interesse de nosso grupo pelo assunto surgiu após a candidatura de dois representantes da comunidade GLBTT para os cargos de deputados federal e estadual pelo Estado de São Paulo na eleição presidencial do ano de 2006. Desta forma, a pesquisa precedeu o primeiro turno do processo eleitoral em questão.

Apesar de termos autores como Peter Fry (1982), Edward MacRae (1990), Regina Facchini (2004), Luiz Mott (1997), são poucas as pesquisas sobre a comunidade GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais), principalmente quando se trata da relação identidade homossexual com a escolha de candidatos em período eleitoral. Sendo assim, a nossa pesquisa teórica se resumiu a livros e trabalhos sobre os movimentos homossexuais, questões de identidade e pesquisas eleitorais no Brasil.

3.1 Metodologia da pesquisa

Para a realização desta pesquisa a metodologia escolhida foi a quantitativa. De um modo geral esse é o método mais utilizado em pesquisas de mercado e opinião pública, já que nos permite mensurar opiniões, reações, hábitos e atitudes, entre outros, de um público-alvo, através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada.

A metodologia de pesquisa quantitativa orientou nosso grupo para a utilização do questionário estruturado,

⁽¹⁰⁾ Ibidem.

predominantemente, com questões semi-abertas e fechadas, realizada a partir de entrevistas individuais e conduzidas por um entrevistador.

As amostras podem ser aleatórias ou por categorias, que são extratos pré-definidos como: sexo, idade, classe social, região e etc. Neste trabalho estabelecemos a categorização da orientação sexual¹¹ dos entrevistados.

O primeiro passo após delimitarmos nosso tema, foi definir o local onde abordaríamos os sujeitos dessa pesquisa. As pessoas que tem como ponto de encontro a Praça do Carmo, localizada no centro de Campinas, nas proximidades do Bar Sucão – que é considerado um espaço de convívio da comunidade GLBTT – nos pareceu o melhor local.

Tendo como objetivo descobrir se as pessoas que se auto-identificam como GLBTT's escolhem seus candidatos a partir da imagem ou da proposta política, elaboramos um questionário¹² dividido em três momentos. No primeiro momento procuramos levantar os dados sócio-econômicos do entrevistado; no segundo momento candidatos e proposta são apresentados e escolhidos separadamente; e no último momento vinculamos imagem e proposta, dando a oportunidade ao entrevistado de mudar a escolha de seu candidato.

A partir dos critérios do público-alvo já escolhido e da elaboração do questionário preliminar, decidimos ir até o local para aplicarmos algumas entrevistas-teste. Estas entrevistas tiveram grande relevância, no sentido que pudemos escolher melhor a imagem dos candidatos e as propostas. Pudemos também melhorar a abordagem que utilizaríamos com nossos entrevistados, assim como a forma como deveríamos fazer as perguntas.

Abaixo explicaremos a ordem de seqüências das perguntas, e como definimos o nosso questionário. O conjunto de perguntas referentes à situação sócio-econômico do entrevistado foi pautado pelos seguintes itens: idade, eleitor ou não, escolaridade, sexo biológico, orientação sexual e renda familiar.

No segundo momento do questionário, que se referia à escolha do candidato e da proposta – em momentos diferentes – procuramos nos atentar a escolha de candi-

datos que não fossem conhecidos pelo público nacional. Uma alternativa encontrada para isso foi pesquisarmos imagens internacionais no *site* do Google¹³. Duas imagens¹⁴ foram escolhidas pelo grupo: a primeira imagem apresentava, aparentemente, um candidato “tradicional”, ou seja, um senhor heterossexual; já a segunda imagem apresentava, na opinião do grupo, um candidato aparentemente “alternativo”, ou seja, um indivíduo homossexual do sexo masculino.

Quanto à elaboração das propostas, observamos as campanhas eleitorais de alguns candidatos supostamente homossexuais e heterossexuais, na eleição de 2006 para deputado estadual. Com isso, dois planos de governo¹⁵, fictícios, contemplando ou não a comunidade GLBTT, foram criados.

O candidato número 1 foi definido como sendo o suposto candidato homossexual e o segundo, como o suposto candidato heterossexual. A proposta número 1 além de contemplar os planos básicos (moradia, saúde, educação e segurança), se estendia à comunidade GLBTT, pautando questões como discriminação, violência e preconceitos sofridos por esses grupos, assim como a aprovação da união estável de pessoas do mesmo sexo. A proposta número 2 contemplava apenas os planos básicos.

Vale ressaltar que tanto a opção para a escolha do candidato como para a da proposta, oferecia uma terceira opção, o voto nulo.

Como o objetivo da pesquisa era de saber se a comunidade GLBTT se valia mais da imagem do que da proposta para escolher seu candidato, apresentamos primeiro a imagem dos candidatos. Nesse momento ressaltávamos que se tratava de candidatos fictícios ao cargo de deputado estadual. Escolhido e anotado o candidato, apresentávamos as propostas.

Após a escolha da proposta dávamos início ao terceiro momento da entrevista. É nesse momento que o entrevistado era informado de que a proposta número 1, que contemplava a comunidade GLBTT, se referia ao candidato número 2, supostamente heterossexual, e que a proposta número 2, se referia ao candidato número 1, aparentemente homossexual. Munidos de tais informações,

⁽¹¹⁾ No questionário utilizamos as categorias homossexual masculino e homossexual feminino, já durante a análise substituímos os mesmos por gay e lésbica, respectivamente.

⁽¹²⁾ Ver modelo questionário no anexo I.

⁽¹³⁾ Site de busca, www.google.com.br.

⁽¹⁴⁾ Fotos retiradas da internet e de domínio público. Ver fotos no anexo II.

⁽¹⁵⁾ Ver propostas no anexo III.

perguntamos aos entrevistados se gostariam ou não de mudar a escolha do candidato. Caso quisessem mudar, para qual candidato migrariam.

Após realizarmos a entrevista com uma amostragem representativa de quarenta (40) sujeitos, tabulamos os dados a fim de confirmarmos a validade da nossa hipótese.

4. Análise de Dados

Como apresentado no item sobre metodologia, participaram da pesquisa de Opinião Pública 40 sujeitos que freqüentam a praça em frente ao Bar Sucão. Na tabela 1 demonstramos que os entrevistados estão distribuídos nos seguintes percentuais, relacionados à orientação sexual: 55% de gays, 10% de lésbicas e, nos outros 35%, estão os heterossexuais e bissexuais. Nessa pesquisa não encontramos nenhum sujeito travesti ou transexual.

Tabela 1. Orientação Sexual.

Orientação Sexual	Sujeitos	%
Bissexual	11	27,50%
Heterossexual*	3	7,50%
Lésbica	4	10,00%
Gay	22	55,00%
Total	40	100,00%

(*) No momento da aplicação do questionário encontramos sujeitos heterossexuais freqüentadores do espaço escolhido para pesquisa e os consideramos relevante para esse breve estudo de opinião pública.

Ao analisarmos o perfil dos sujeitos, relacionamos as variáveis da orientação sexual com a renda familiar, para percebermos qual é a posição sócio-econômica do sujeito. Na distribuição, como podemos ver, no *Gráfico 1*, que 40% dos sujeitos têm a renda familiar entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00. Em relação ao grau de escolaridade, encontramos aproximadamente 60% com Ensino Médio, 37,50% com Ensino Superior e apenas 2,50% com o Ensino Fundamental.

Como observamos na Tabela 2, o cruzamento entre as variáveis orientação sexual e escolha dos candidatos, aplicada no segundo momento da entrevista, a maioria optou pelo candidato número 3 (Nulo), que representa 43% do total, enquanto 45% dos sujeitos gays optou pelo candidato número 2 (heterossexual) e, dentre os bissexuais, 64% optou pelo candidato número 3 (Nulo). Concluimos, assim, que os entrevistados optaram pelo nulo por não conhecerem os candidatos.

Já a Tabela 3 apresenta o cruzamento entre as variáveis orientação sexual e escolha da proposta. A maioria dos entrevistados optou pela proposta número 1 (homossexual), que representa 58% do total; optaram por essa mesma proposta 59% do público gay e 73% dos bissexuais.

Depois de apresentado aos entrevistados a qual candidato referia-se cada proposta, conforme apresentado na Tabela 4, a maioria manteve sua escolha, ou seja, 58% dos entrevistados mantiveram-se fiéis à proposta escolhida. Mas, entre os bissexuais, 64% optou em trocar seu candidato e, entre as lésbicas, houve um empate.

Já na Tabela 5 verificamos a quantidade de sujeitos que alteraram a escolha do seu candidato após tomarem

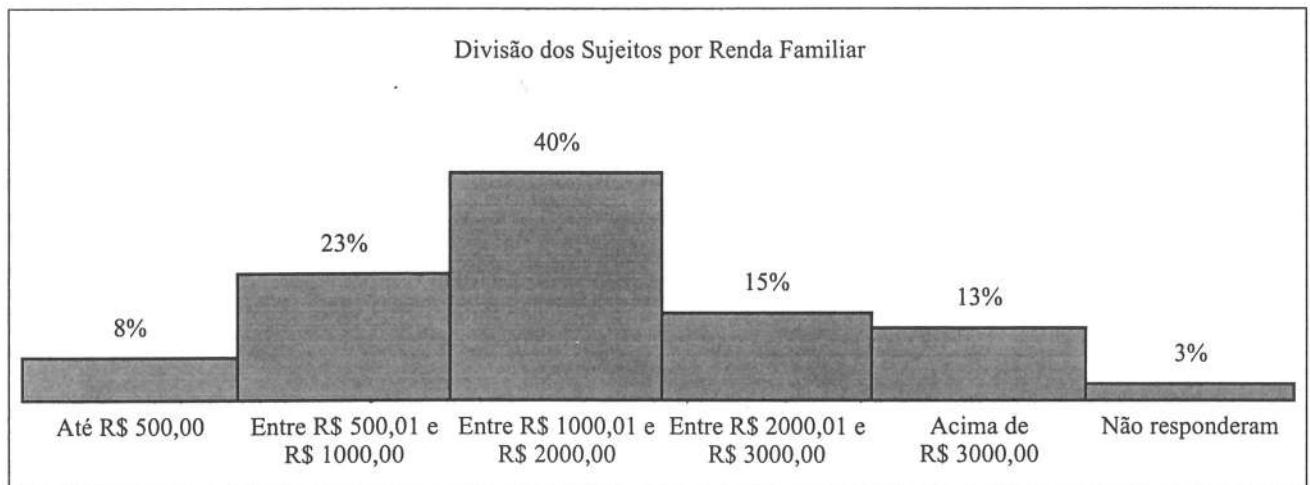


Gráfico 1. Renda Familiar.

Tabela 2. Escolha do Candidato por Orientação Sexual.

Orientação Sexual	Candidato 1	Candidato 2	Candidato 3	%
Bissexual	36%	0%	64%	100%
Heterossexual	0%	67%	33%	100%
Lésbica	0%	50%	50%	100%
Gay	33%	45%	32%	100%
Total %	23%	35%	43%	100%

Tabela 3. Escolha da Proposta por Orientação Sexual.

Orientação Sexual	Proposta 1	Proposta 2	Proposta 3	%
Bissexual	73%	18%	9%	100%
Heterossexual	0%	100%	0%	100%
Lésbica	50%	50%	0%	100%
Gay	59%	36%	5%	100%
Total %	58%	38%	5%	100%

Tabela 4. Distribuição dos entrevistados que mantêm a escolha da proposta.

Orientação Sexual	Não mantém	Mantém	%
Bissexual	64%	36%	100%
Heterossexual	67%	33%	100%
Lésbica	50%	50%	100%
Gay	27%	73%	100%
Total %	43%	58%	100%

Tabela 5. Distribuição da troca de candidato.

Trocou por qual Candidato	Candidato 1	Candidato 2	Candidato 3	Total Global
Candidato 1	0	3	5	8
Candidato 2	4	0	5	9
Total Global	4	3	10	17

conhecimento da relação entre candidato e proposta. Concluímos que a maioria que optava pelo candidato número 3 (Nulo), depois de conhecer a sua proposta, migrou para o candidato número 2 (heterossexual).

5. Considerações Finais¹⁶

A hipótese norteadora deste trabalho, com base nas autoras Balbachevsky e Holzacker (2004), era de que

a escolha dos candidatos pela comunidade GLBTT dar-se-ia a partir da identidade e/ou identificação com a imagem dos mesmos. Porém, o resultado obtido da análise dos dados confirmou o contrário, ou seja, os eleitores se orientam mais pela proposta do candidato do que pela sua imagem, dado comprovado pela Tabela 4, com base na qual pudemos observar que depois de tomar conhecimento da relação entre candidato e proposta, os sujeitos mantiveram sua escolha baseada na proposta.

⁽¹⁶⁾ Agradecemos as preciosas sugestões da Professora Dra. Érica Renata de Souza. E, também ao jornalista e escritor Cássio Abreu que revisou este artigo.

Embora nossa pesquisa tenha feito uso de um questionário quantitativo, a nossa experiência acadêmica com pesquisa qualitativa, que é a pesquisa que possibilita ao cientista social levantar informações subjetivas (atitudes, valores e opiniões) acerca de seu sujeito, permitiu que o grupo antecipasse o resultado final ainda mesmo durante a pesquisa de campo. Expressões corporais e verbais dos sujeitos não foram ignoradas pelos entrevistadores.

Entretanto, alguns resultados do primeiro turno das Eleições 2006, como a eleição do estilista e apresentador de TV, Clodovil Hernandes, homossexual declarado e sem proposta de governo, e a não eleição da *Drag Queen* Léo Áquila, que além de se despir do seu personagem, apresentou uma proposta de governo que incluía também questões que beneficiavam o movimento GLBTT, indicam que estudos mais aprofundados devem ser realizados sobre esse tema, para o qual procuramos oferecer uma contribuição inicial.

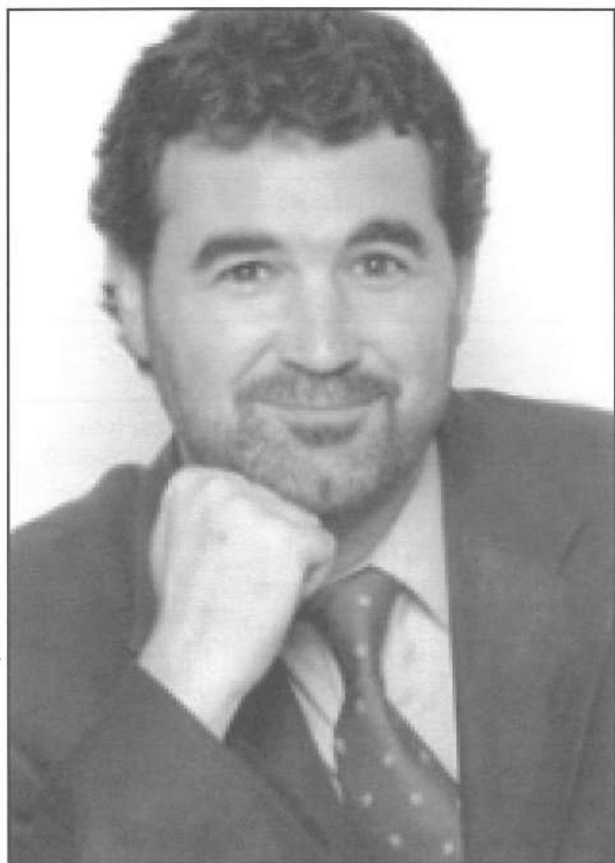
6. Referências Bibliográficas

- AUGRAS, Monique. *Opinião Pública: Teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 11-50.
- BALBACHEVSKY, Elizabet, HOLZHACKER, Denilde Oliveira. *Identidade, oposição e pragmatismo: O conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições*. Campinas: Opinião Pública, v. X, n. 2, outubro de 2004, p. 242-253.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião, o novo jogo político*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996 p. 12-38.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos de 1990*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FREITAS, Sidinéia Gomes. *Formação e Desenvolvimento da Opinião Pública*, In: *Comunicarte*, Campinas, v. 2, n. 4, p. 177-184, segundo semestre 1984.
- FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed.: São Paulo, Atlas, 1999.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.
- MARTINS, Marta T. Motta Campos; *A Sociedade Moderna e a Formação de Opinião*. In <http://www.portal-rp.com.br>. Publicado em 7 de novembro 1999.
- MOTT, Luiz. *Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis*. S.Francisco, (USA), International Gay & Lesbian Human Rights Commission, 1997.
- TRINDADE, José Ronaldo. "Construção de identidades homossexuais na era Aids". In: A. P. Uziel; L. F. Rios e R. G. Parker (orgs.), *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de Aids*, Rio de Janeiro, Pallas, 2004.

ANEXO I
QUESTIONÁRIO

IDADE	
VOTA:	1) Sim 2) Não
ESCOLARIDADE:	1) Analfabeto 2) Ensino Básico 3) Ensino Médio 4) Superior
SEXO BIÓLOGICO:	1) Masculino 2) Feminino
ORIENTAÇÃO SEXUAL:	1) Homossexual Masculino (Gay) 2) Homossexual Feminino (Lésbica) 3) Travesti 4) Bissexual 5) Transexual 6) Heterossexual
RENDA FAMILIAR:	1) Até R\$ 500,00 2) Entre 500,01 e 1000,00 3) Entre 1000,01 e 2000,00 4) Entre 2000,01 e 3000,00 5) Acima de 3000,00
DENTRE OS CANDIDATOS, QUAL VOCÊ ESCOLHE?	1) Candidato 1 2) Candidato 2 3) Candidato 3
DENTRE AS PROPOSTAS, QUAL VOCÊ ESCOLHE?	1) Proposta 1 2) Proposta 2 3) Proposta 3
SE A PROPOSTA 1 FOR DO CANDIDATO 2 E A PROPOSTA 2 FOR DO CANDIDATO 1, VOCÊ MANTÉM SEU VOTO?	1) Sim 2) Não
SE NÃO MANTIVER, QUAL VOCÊ ESCOLHE?	1) Candidato 1 2) Candidato 2
OBSERVAÇÃO	

ANEXO II
IMAGENS DOS CANDIDATOS



Candidato número 1



Candidato número 2

ANEXO III
PROPOSTA DOS CANDIDATOS

PROPOSTA 1

- Contra toda e qualquer violência e preconceito relacionado a orientação sexual, e aprovação da união civil de pessoas do mesmo sexo;
 - Melhoria e investimento na rede de saúde pública e na habitação;
 - Aumento no número de vagas e na qualidade do Ensino Fundamental.
-

PROPOSTA 2

- Combate do trabalho infantil e a garantia de um ensino público de qualidade para todos;
 - Aumento da segurança com maior número de policiais e viaturas; e
 - Maior investimento na construção de casas populares e na rede de saúde pública.
-

PROPOSTA 3

- Nenhuma das propostas anteriores.
-

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A revista *Humanitas* publica artigos inéditos relacionados com as diversas áreas das Ciências Humanas, principalmente Ciências Sociais, Geografia e História, buscando incentivar a produção de trabalhos interdisciplinares, nas seguintes categorias: **Artigo Original e Resenhas**.

Submissão de trabalhos. Os artigos serão submetidos à avaliação por pelo menos dois revisores, em procedimento sigiloso quanto a identidade tanto do(s) autor(es) quanto aos revisores. Caso haja utilização de *figuras* ou *tabelas* publicadas em outras fontes, deve-se anexar documento que ateste a permissão para seu uso. O Conselho Editorial devolverá os trabalhos que não se seguirem os padrões destas "Instruções".

Apresentação das colaborações. Enviar os textos e/ou resenhas para Editoração das Revistas do Centro de Ciências Humanas – PUC-Campinas, em uma cópia, preparado em espaço 1,5, com tamanho 11 e limite máximo de 30 laudas para **Artigos Originais** e 5 laudas para **Resenha**. Para esclarecimentos de eventuais dúvidas quanto à forma e outros aspectos, sugere-se consulta a este fascículo. Aceitam-se trabalhos escritos somente em português e espanhol, com título, resumo e palavras chave no idioma original e em inglês. Após aprovação final encaminhar em disquete 3,5', empregando editor de texto MS Word versão 6.0 ou superior. Endereço para envio: Conselho Editorial Humanitas – CCH – PUC-Campinas, Campus I, Rodovia D. Pedro I, km 136 – Prédio Administrativo I, Piso Superior, Campinas, SP – Caixa Postal 317 – CEP: 13086-900. Endereço eletrônico: edicch@puc-campinas.edu.br

Página de título. A primeira lauda do original deve conter a) título do artigo (português e inglês), b) nome completo de todos os autores, c) indicação da Instituição onde cada um dos autores é afiliado, acompanhada do respectivo endereço para correspondência e/ou endereço eletrônico; d) se foi subvencionado, indicar nome da agência de fomento que concedeu o auxílio; e) se for extraído de dissertação ou tese, indicar título, ano e instituição onde foi apresentada; f) se foi apresentado em reunião científica, indicar nome do evento, local e data de realização.

Resumo/abstract: Com exceção dos textos apresentados como Resenha, os trabalhos submetidos deverão ter resumo com no mínimo 50 e no máximo 100 palavras no idioma original e em inglês. Não deve conter citações e abreviaturas. E deve estar na primeira página.

Palavras-chave/key words: seguido do resumo/abstract, em mínimo de 3 e um máximo de 5.

Texto. Com exceção dos manuscritos apresentados como Resenha, os trabalhos deverão seguir a estrutura formal dos trabalhos científicos e de acordo com as normas aqui apresentadas.

Referências bibliográficas de acordo com a NBR-6023/2002.

No texto citar o sobrenome do autor, seguido do ano de publicação, como ABRANCHES (1987); se forem dois autores, o último sobrenome de ambos separados por &, como em CAREY

& SHUGART (1998) e se forem três ou mais autores, o sobrenome do primeiro autor seguido *de et al.* e do ano da publicação, como em STARK *et al.* (1998). As referências citadas deverão estar no final do trabalho relacionadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do primeiro autor devendo constar os nomes de todos os autores.

Os títulos de periódicos constantes das referências deverão ser apresentados por extenso, seguidos do local de publicação. Se um artigo estiver em via de publicação, indique: título do periódico, ano e outros dados disponíveis, seguidos da expressão, entre parênteses, **no prelo**. As publicações não convencionais, de difícil acesso, podem ser citadas desde que contenham o máximo de informações e a sua localização. As referências devem ser apresentadas corretamente, de acordo com os exemplos a seguir. **A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.**

Exemplos:

Livros

SACHS, I., **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2. ed. São Paulo : Vértice, 1986.

Artigos

REIS, E., "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". In **Dados**, v. 25, n.3, p.275-269, 1982.

Coletânea

ABRANCHES, S.H., **Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975**. In: O.B. Lima, e S.H. Abranches, (org.). **As origens da crise**. São Paulo: IUPERJ/ Vértice, 1987.

Teses acadêmicas

DARNELL, Regna. **The Development of American Anthropology 1879 - 1920**. From the Bureau of American Ethnology to Franz Boas. Tese de Doutorado (inédita). Universidade da Pensilvânia - EUA - 1969.

Citações bibliográficas no texto. Deverão ser colocadas em ordem numérica, em algarismos arábicos, meia linha acima e após a citação, figurando como nota de rodapé, devendo constar da lista de referências bibliográficas ao final do texto. Pode-se citar como no exemplo: Barbosa, 1996:247, o que diminui o excesso de notas de rodapé.

As nomenclaturas deverão ser utilizadas de forma padronizada, observando rigorosamente as regras de nomenclatura das Ciências Humanas, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser precedidas do nome completo quando citadas pela primeira vez. Não devem ser usadas no título e no resumo.

HUMANITAS

**Comissão Editorial da Faculdade de Ciências Sociais
e Faculdade de História no Centro de Ciências Humanas (CCH)
PUC-Campinas**

Campus I - Rodovia Dom Pedro I, km 136
Prédio Administrativo I, Piso Superior, Campus I
Caixa Postal 317 – Parque das Universidades
Telefone/Fax: (0xx19) 3756-7659
CEP 13086-900 – Campinas – SP – Brasil
E-mail: edicch@puc-campinas.edu.br

Ficha de Assinatura

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço para envio da Revista:

Rua _____

Nº _____ Ap. _____ /Bloco complemento: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____

Assinatura anual da Revista: R\$20,00. Remeter ficha e cheque nominal à Sociedade Campineira de Educação e Instrução - (SCEI), para o endereço acima.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Bruno Gamberini

Reitor

Prof. Pe. Wilson Denadai

Vice-Reitora

Profa. Ângela de Mendonça Engelbrecht

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Germano Rigacci Júnior

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profa. Vera Engler Cury

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

Pró-Reitor de Administração

Prof. Marco Antonio Carnio

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor do Centro

Prof. Pe. Paulo Sergio Lopes Gonçalves

Diretor-Adjunto

Prof. André Nicolau Heinemann Filho

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor

Prof. Pedro Rocha Lima

FACULDADE DE HISTÓRIA

Diretor

Prof. João Miguel Teixeira de Godoy

3 Apresentação

ARTIGOS

- 5 História e Habitação em Itu (São Paulo): Desenvolvimento, Condições de Vida e Trabalho
History and Housing in the City of Itu (State of São Paulo): Development, Living and Working Conditions
Débora de Oliveira Moz e Doraci Alves Lopes
- 13 A Dimensão Subjetiva e a Gestão Escolar: Contribuição à Formação dos Profissionais da Educação
The Subjective Dimension and the Pertaining to School Management: Contributions to the Formation of the Professionals of the Education
Maria Lucia de Abrantes Fortuna
- 21 E-moms - na Era da Maternidade Ciborgue
E-moms - in the Cyborg Maternity Age
Érika Renata de Souza
- 31 As Relações entre Neoliberalismo e Subdesenvolvimento na América Latina
Relations Between Neoliberalismo and Underdevelopment in Latin America
José Alex Rego Soares
- 39 A Escolha de Candidatos Políticos pela Comunidade GLBTT: uma Breve Pesquisa de Opinião Pública
The Choosing of Political Candidates by the GLBTT Community: a Brief Research on Public Pinion
Altair José Fortunato; Carolina Costa de Oliveira; Débora de Oliveira Moz; Marialba Rita Maretti e Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa